

Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Órgão do Movimento da Esquerda Socialista

Ano I N.º 18/12 de Março de 1975 Preço 3500

TAP 5º ANO DE LUTA

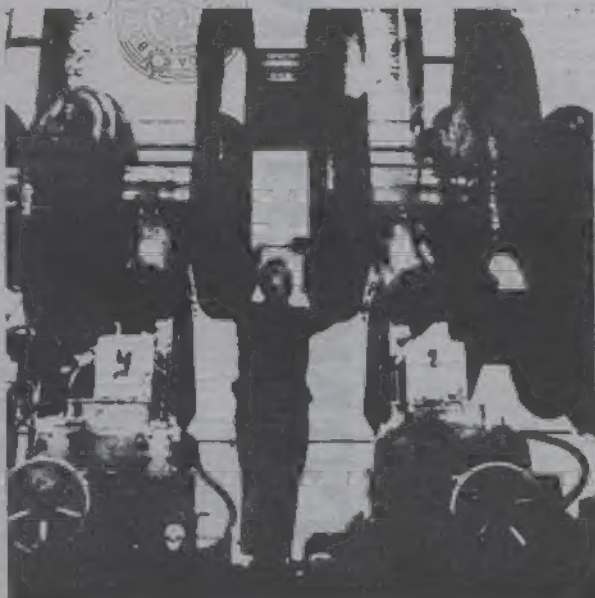
Os trabalhadores oficiais da companhia de Transportes Aéreos Portugueses têm sido os principais actores de uma das lutas mais avançadas do movimento operário português, que se arrasta desde 1970.

Com efeito 1970 é um marco importante no longo processo TAP. Contra a resistência trabalhadora foi lançado o primeiro ataque à unidade sindical de Trabalho que se pôs a produzir o maior número de conflitos.

Com esforços e lutas nas mais difíceis condições, com crescente consciência da necessidade de organização face à exploração capitalista e à repressão fascista, estes trabalhadores vêm de há longa data aprendendo à sua custa.

Em 1973 sofreu uma das piores derrotas operárias da história onde foram gravemente feridos a tiro alguns camaradas.

Em Maio/Setembro de 1974, os mesmos heróis.



Continua na pág. 3

METALÚRGICOS CONTRA DIRECÇÃO

Um sindicato para ser efectivamente representativo dos trabalhadores tem de definir como objectivos da sua acção os que melhor se adequem à situação destes trabalhadores isto é, os que melhor respondam às suas necessidades.

Assim, por a acção sindical ao serviço da estratégia política de qualquer partido, subordinada à conveniência da direcção, significa a perda da autonomia e a manipulação dos trabalhadores, provocando a sua divisão e confusão.

Isto mostra que a introdução de princípios burgueses na luta sindical, como seja o pluralismo, não é a única forma de impedir a formação de um verdadeiro sindicalismo de classe. A igual divisão e derrotas foram a estratégia utilizada e os métodos de dirigismo e cupulismo que a acompanham.

Uma necessidade permanente para os manipuladores reformistas é a montagem, nos sindicatos, de uma máquina burocrática eficaz que marginalize a iniciativa das bases e, ao fazê-lo, se conveniente e possível, aceitar medidas contra elas próprias (horário nacional de trabalho, lei da greve e lock-out, etc.).

Para tanto é que «separar» à esquerda.

A que difamar e despedaçar para preencher os quadros e serviços com gente segura e mandatada.

Exemplo vivo e recente é o caso do sindicato dos Metalúrgicos.

A este propósito a Comissão Política Nacional do MES emitiu o seguinte comunicado:

«O Movimento da Esquerda Socialista bateu-se com clareza pela unidade sindical contra as tentativas recentes de dividir os trabalhadores por parte de várias forças políticas que, invocando um falso conceito de liberdade sindical, se opunham assim à criação de condições que favorecessem a unidade firme dos trabalhadores contra as manobras e o poder do capitalismo.

«Mas por saber que essa mesma unidade só se

pode construir, pois de outro modo não poderá sequer existir, o MES defendeu com igual clareza a plena democracia interna dos sindicatos, o funcionamento das direcções sindicais em moldes colegiais e abertos, mas em estreita colaboração com os delegados sindicais eleitos e com as Assembleias Gerais respectivas.

«Por isso não pode o MES deixar de denunciar as condutas dirigistas ou cupulistas, ou de corria de transmissão partidária que sejam assumidas por qualquer direcção sindical ou inter-sindical, ciente de que o interesse dos trabalhadores e da sua afirmação de classe exige essa denúncia.

No sindicato dos metalúrgicos de Lisboa estavam a verificar-se desde algum tempo acontecimentos que revelaram a actuação cupulista de alguns dos seus dirigentes e puseram obstáculo ao desenvolvimento de lutas de trabalhadores designadamente metalúrgicos, contra diversas formas de repressão e exploração.

«Assim, por exemplo, eram tomadas decisões sem que outros membros da direcção pudessem ter nelas qualquer interferência, ou até simples conhecimento, não eram aceites delegados sindicais livremente eleitos, nem afastados outros que deixavam de merecer o apoio dos trabalhadores das respectivas empresas, e eram publicados comunicados em que se combatiam, sem prévio debate nos órgãos sindicais, trabalhadores que levavam a cabo lutas em defesa dos seus legítimos interesses.

«Nos últimos dias co-

Continua na pág. 4

A MULHER NA REVOLUÇÃO

Celebrou-se no passado dia 8 de Março O DIA INTERNACIONAL DA MULHER.

O significado desta data foi claramente apontado por Clara Zetkin durante a conferência Internacional da Mulher, preparatória da Reunião da Internacional Socialista, realizada em Copenhaga em 1910, que segundo uma proposta da sua presidente Rosal Luxemburgo, é aprovado e decidido por unanimidade fazer do 8 de Março de cada ano, em todo o Mundo, o DIA INTERNACIONAL DA MULHER TRABALHADORA.

Esta decisão significou o resultado da tomada de consciência de todo o movimento operário do problema específico do proletariado feminino e também um empenho enquanto movimento de massas em enfrentar o consequentemente, perspectivando-o no contexto global da luta pelo socialismo.

Os acontecimentos que estão na origem desta tomada de posição decorreram dois anos antes em Nova Iorque quando um grupo de operárias da fábrica textil Cotton entaram em greve para conseguirem melhores condições de vida e de trabalho. Encerradas pelos patrões dentro da fábrica, para que não contactassem as actividades sindicais e impedir da parte destes o apoio à sua luta e o afastamento da greve a outras fábricas. Queimadas pelo violento incêndio que subitamente se propagou poucas foram as que conseguiram romper as barricadas que as envolviam presas e escapar com vida.

Combatiam por um horário justo, pela paridade de salários, contra as condições desumanas em que eram forçadas a trabalhar.

Combateram, lutaram e



Continua na pág. 11



AS ELEIÇÕES



A posição política do Movimento de Esquerda Socialista em relação às eleições para a Assembleia Constituinte é já conhecida pelos trabalhadores desde a realização do Congresso Nacional. Efectivamente considerou-se e continua a considerar-se que estas eleições não contribuirão, em termos dos seus resultados expressos em votos, para o avanço das posições das classes exploradas e oprimidas no seu caminho até à libertação total.

As eleições burguesas para a Constituinte são uma farsa de democracia e um momento em que se

assistirá a tentativas por parte do capital e do imperialismo para recuperar o processo revolucionário e as conquistas políticas que os trabalhadores conseguiram, fundamentalmente depois do 28 de Setembro.

O voto secreto sem discussão política ao nível das massas, o caciquismo anti-comunista que continua a ser uma fortaleza na maior parte das regiões do País, a acção do clero ultra-reacçãoário, os largos recursos financeiros dos partidos da burguesia, são características que, mostrando claramente que as eleições burguesas nunca são democráticas, elas revestem no

nosso país e neste momento particular gravidade.

Um dos objectivos fundamentais do Capital, a retirar das eleições para a Constituinte será a tentativa de isolamento e aniquilação política da facção progressista do M.F.A., não sendo de estranhar que os partidos burgueses aceitem a institucionalização daquela política, dentro de um ou dois meses os interesses de classe que o M.F.A. defende não correspondem aos de hoje.

Ir às eleições para as combater

O M.E.S. denuncia a campanha ideológica «Não votar é trair» como sendo na actual fase da luta de classes em Portugal uma poderosa arma de pressão contra largas massas despolitizadas que sobretudo no interior do País votarão quase da olhos fechados nos Partidos Reaccionários que os caciques determinam; assim, o M.E.S. considera que essa campanha é mais uma peça do arsenal ideológico da burguesia para enganar as classes exploradas e oprimidas.

Porque somos anti-fascistas, porque há que denunciar estas eleições, porque a pureza do princípio ideológico é muitas vezes contra-revolucionária, porque pensamos que há que ir às eleições para combater as eleições, apresentamos candidaturas em 16 distritos do Continente e linhas o procuramos aproveitar o terreno que a burguesia tem de abrir neste processo, para organizar as massas trabalhadoras, divulgar o nosso Programa de luta, criar e organizar o Contra-Poder Operário e Popular, e desenvolver a temática da Assembleia Popular como órgão máximo do Poder Popular pelo qual há que lutar com o voto Constituinte e a partir das situações concretas da vida das massas, para a divulgação do Socialismo e do Comunismo.

O M.E.S. considera que a divisão na Esquerda Revolucionária antiparlamentar não favorece as massas trabalhadoras, que poderá ter consequências graves para a luta pelo Socialismo e pelo Comunismo e não discernimento por parte das organizações revolucionárias

de quem é o inimigo principal e de quais são as tarefas fundamentais do Período Eleitoral. Fazer deste período o palco de fantochadas verbalistas e colocar o ataque ao P.C.P. como objectivo fundamental desprezando a luta contra os verdadeiros inimigos da classe operária, é colocar interesses de seita à frente dos interesses do proletariado, é infantilismo total que os trabalhadores poderão vir a pagar caro.

A unificação e reorganização da vanguarda de classe, a construção do Partido Revolucionário não avançará enquanto o socialismo e o espírito de grupo não prevalecerem; para que se avizore neste importante objectivo, que o M.E.S. também coloca no seu Programa de luta, há que contribuir para o crescimento e organização do movimento de massas anti-capitalista, há que compreender que organização das massas e construção do Partido de classe são

dois aspectos de um processo dialéctico extremamente ligados e que só estando na luta de massas se poderá tirar ao reformismo o controlo e a direcção política dessa luta.

Pôr à prova a organização

O M.E.S. encerrou o período eleitoral também como um momento em que as suas organizações regionais se porem à prova em duras tarefas de mobilização e organização dos trabalhadores.

Assim, não pensou o M.E.S. que seria correcto fazer «bluffs» eleitoralistas e aparecer com candidaturas em distritos onde a fase organizativa do Movimento não o justificasse.

Os candidatos pelo M.E.S. são militantes da Organização, vivem e trabalham nos próprios distritos em que se candidatam, com excepção de alguns membros da C.P.N. que encabeçam algumas listas, mas que estão intimamente ligados ao trabalho político desses distritos. Em vez de um critério de apresentação de número esmagador

de operários com laços políticos e organizativos com o M.E.S. considerou-se ser mais correcto para o avanço do trabalho revolucionário o critério de pôr à prova os militantes do Movimento e elaborar listas compostas por Operários, Camponeses, Empregados e Intelectuais Revolucionários.

As posições a adoptar pelo M.E.S. nas zonas do País em que não têm lista de candidatos será definida politicamente pelas estruturas do Movimento face às condições concretas em que se processar a campanha nesses distritos.

Uma vasta campanha de apoio organizativo e financeiro às listas candidatas pelo M.E.S., a formação de Comissões de apoio às candidaturas revolucionárias do Movimento de Esquerda Socialista, a contribuição monetária dos trabalhadores e intelectuais revolucionários são formas concretas de colaboração com a linha política de massas defendida pelo nosso Movimento.

DISTRITO DE ANGRA DO HEROÍSMO

Avelino Azevedo Trabalhador-estudante, 22 anos
João Fernandes Trabalhador numa loja de peixe, 23 anos

DISTRITO DE AVEIRO

Fernando de Almeida e Sousa Técnico de desenho, 31 anos
João Carlos da Rocha Cruzado Advogado e membro da Comissão Política Nacional, 30 anos
Manuel Reis de Mendonça Estudante, 22 anos
António Augusto Moreira dos Santos Operário Metalúrgico, 27 anos
António Silva Almeida Torneiro mecânico, 36 anos
Álvaro Pereira Cabral Operário Metalúrgico, 28 anos
Alberto Gonçalves da Silva Prof. do Ensino Secundário, 27 anos
António Gomes da Rosa Operário electricista, 31 anos
Fausto de Sa e Cunha Médico, 26 anos
António de Almeida Brandão Empregado da Escritório, 28 anos
João Adelberto de Almeida Martins da Silva Prof. do ciclo preparatório, 22 anos
Jacinto Dávila Bastos Ferreira Martins Empregado de escritório, 31 anos
José Monteiro Operário electricista, 36 anos
Manuel de Pinho Rocha Técnico de desenho, 26 anos

DISTRITO DE BEJA

Vitor Augusto Fernandes da Silva Prof. do ensino secundário e membro da Comissão Política Nacional, 26 anos
António Francisco Gomes (Castano) Empregado do Comércio, 29 anos
António Francisco Seixeiro Mestre (Kawler) Electricista-auto, 28 anos
Carlos Manuel Inácio Figueiredo Prof. do ensino secundário, 25 anos
António Diogo Moreira Trabalhador rural, 44 anos
António Francisco João (Pires) Operário metalúrgico, 32 anos

DISTRITO DE BRAGA

José Manuel Peláez Baetas Machado Prof. do Ensino Secundário, 23 anos
Alberto João Cordeiro de Castro Assistente universitário, 23 anos
Abílio Lopes das Neves Operário têxtil, 64 anos
António Gualberto de Oliveira Pereira Empregado bancário, 29 anos
Baltazar Gomes dos Santos Funcionário sindical, 24 anos
Carlos Miguel Pinheiro de Abreu Técnico de desenho, 25 anos
António Ferreira Duarte Empregado, 31 anos
João Luís Loureiro Amorim Prof. do Ensino Secundário, 25 anos
Manuel Ferreira de Carvalho Rádio-montador, 23 anos
João Macedo Lourenço Prof. do Ensino Secundário, 24 anos
António Mendes da Silva Farias Assistente universitário, 24 anos
José Daniel Jacinto Nunes de Sá Prof. do Ensino Secundário, 22 anos
Ana Aragão Mendes Empregada de escritório, 24 anos
José Abílio de Sousa Martins Empregado bancário, 24 anos
Fernando Francisco Silva Empregado de escritório, 61 anos

DISTRITO DE BRAGANÇA

Agostinho José Guedes Rafael Advogado
António Jorge Nunes Estudante
Carlos Alfredo Alves Bravo Licenciado em Matemática
Adalberto Agostinho Fernandes Castro Funcionário dos Caldeas da Previdência

DISTRITO DE CASTELO BRANCO

Francisco José dos Reis Ayras Operário metalúrgico, 37 anos
Fernando Lopes Ribeiro Mendes Funcionário sindical e membro da Comissão Política Nacional, 23 anos
Ludgero Vicente Barroso Empregado da Escritório, 21 anos
Guilherme Alberto Soares Guimarães Leão Empregado bancário 43 anos
Valter Martins Diogo Prof. do Ensino Secundário, 27 anos
Fernando Camilo Sampaio Pereira Prof. do Ensino Secundário, 23 anos
Fernando Pereira Serrazqueiro Prof. do Ensino Secundário, 23 anos

DISTRITO DE COIMBRA

José Luis Pio de Abreu Médico, 30 anos
Abílio Hernandez Cardoso assistente na Faculdade de Letras, 23 anos
Rui Namorado Advogado, 33 anos
Manuela Carvalho Médica, 28 anos
Alexandre Barroso Empregado bancário, 24 anos
José Augusto Gil Estudante, 21 anos
Ana Maria Cristina Pires Funcionária Pública, 25 anos
Luísa Silva Funcionária dos CTY
Maria Manuela Leitão Marques Estudante, 22 anos
Francisco Camilo Prático Clínico, 25 anos
Jorge Varanda Prof. do Ensino Secundário, 28 anos
João Seica Neves Prof. do Ensino Secundário, 24 anos

NOTA AOS ASSINANTES

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.

CANDIDATOS À CONSTITUINTE

DISTRITO DE FARO

José Manuel dos Santos Raimundo Técnico de Desenho
 José Manuel Martins Henriques Gertrudes Gonçalves Economista
 Carlos Bilo Pereira Pedreiro
 Luis Alberto Canavilhas Correia Candidato à Advocacia
 Aida Simões de Costa Oliveira Engenheira
 José Augusto Martins Vilela Prof. do Ensino Secundário
 Jorge Manuel Rosa Martins Empregado de Escritório
 Pedro Rodrigues Figueiredo Publicitário
 Carlos Alberto Sena de Carvalho Salgado Estudante

DISTRITO DE LEIRIA

Jerónimo Augusto Fidalgo Operário Metalúrgico e Membro da Comissão Política Nacional, 30 anos
 António Reis Machado Operário Metalúrgico e Membro da Comissão Política Nacional, 33 anos
 Manuel Tiago Monteiro Martins Delegado de Propaganda Médica, 37 anos
 Luis Filipe Vieira Frazão Gomes Funcionário Público, 23 anos
 António Manuel Rodrigues Mendes Operário da Construção Civil, 31 anos
 Maria Manuela Santos da Silva Operária Têxtil, 30 anos
 Amor Rosário da Silva Operária Metalúrgica, 36 anos
 Joaquim Urbano Operário Metalúrgico, 28 anos
 Luis Carlos Guerra Prof. do Ensino Secundário, 32 anos
 José Monteiro da Gama Prof. do Ensino Lical, 23 anos
 Domingos Dias Batista Prof. do Ensino Secundário, 35 anos

DISTRITO DE LISBOA

Alfonso Morais Sarmiento de Barros Investigador, 35 anos
 Eduardo Luis Barreto Ferraz Rodrigues Economista, 25 anos
 Augusto Carlos Serra Ventura Mateus Economista, 24 anos
 Luis Manuel Martins Ferreira Operário Metalúrgico, 31 anos
 Manuel Francisco Cabral Faria Operário Electricista, 30 anos
 Marcelino Henriques Abrantes Empregado de Armazém, 25 anos
 Todos Membros da Comissão Política Nacional
 António dos Santos Junior Operário Metalúrgico, 32 anos
 António Ferreira Guedes Empregado Bancário
 Eduardo Dionísio da Silva Monteiro Prof. do Ensino Secundário
 Victor Hugo Camarinhos Barros Empregado de Armazém, 38 anos
 António Manuel Pinto Basto Ribeiro Ferreira Estudante, 25 anos
 Maria Luis Rocher Pinto Ferreira de Sousa Funcionária Pública
 Francisco Humberto Fortes Gamêdo Costa Funcionário Sindical, 24 anos
 Maria Julia Ribeiro dos Santos Ribeiro Ferreira Funcionária Pública, 31 anos
 Margarida Maria Pinto da Guimarães Estudante, 21 anos
 António Ramos Luis Mécânico de Torres, 31 anos
 Maria Leonor Batista da Palma Carlos Advogada, 34 anos
 Luis António Delgado Macara Empregado de Escritório, 35 anos
 António Eduardo de Azevedo Pinto Pereira Engenheiro Electrotécnico, 28 anos
 Maria Julia Esteves da Silva Abrantes Operária, 22 anos
 Joaquim Alberto Batista Coutinho Manipulador, 30 anos
 Maria Filomena Lopes Peluso da Aguiar de Sousa Dias Teixeira Empregada de Escritório, 27 anos
 Maria Adelaide Gomes Fernandes de Jesus Teixeira
 José Manuel Antunes Gamito Cardoso Médico, 26 anos
 António Alves da Silva Criador, 28 anos
 Joaquim Luis Azevedo Pires Têxtil, 34 anos
 Luis Filipe Monteiro Milhano Operário Têxtil, 29 anos
 Lúcio Henrique Azevedo Sabus da Silva Empregado de Escritório, 29 anos
 Jaime Seixas da Silva Operador de Máquinas, 31 anos
 José Luis Canhão Técnico de Telecomunicações, 30 anos
 Francisco Elias Mesa Tipógrafo, 45 anos
 Francisco Manuel Velha Ruihes Empregado de Escritório, 28 anos

Marta Osório Teófilo Rebelo de Miguelino Pratas e Sousa Membro da Ape, 28 anos
 José Magno Santos Pereira Grosso Professor Lical
 António Manuel Ferreira da Carvalho Delegado de Propaganda Médica
 Manuel de Sousa Pereira Operário Metalúrgico, 24 anos
 Nuno Pereira Silva Miguel Médico
 Joel Eduardo Neves Haste Ferreira Engenheiro, 30 anos
 João José de Sousa Bonifácio Serra Professor Lical, 26 anos
 Carlos Alberto Costa Cruz Empregado de Escritório, 26 anos
 Luis Bernardo Rosa Alves Empregado Bancário, 41 anos
 José António dos Santos Rosário Operário Metalúrgico
 José António Fonseca Vieira da Silva Estudante, 22 anos
 Francisco Cardoso Pires Espirito, 71 anos
 Arnaldo da Silva Ribeiro Empregado de Escritório, 28 anos
 Francisco Cabral Cardilov Economista, 25 anos
 António Dias Castanheira Empregado de Escritório
 José Francisco de Almeida Profissional de Seguros, 29 anos
 Fernando Ernesto Carvalho Seixas de Andrade Técnico de Informática, 35 anos
 Alcino da Silva Casimiro Médico
 António José Azeite de Jesus Economista
 Maria Helena Fernandes Canico Funcionária Sindical
 David Martins Mendes Quilista Têxtil
 Maria do Carmo Nunes Carballo Correia Lopes Preparadora de Laboratório, 28 anos
 Aurélio Garcia Lopes Beltrão Electricista

DISTRITO DE PONTA DELGADA

Eduardo Pontes Empregado de Escritório
 Jorge Costa Dias Funcionário Público
 José Eduardo Martins Moço Engenheiro

DISTRITO DE PORTALEGRE

Nuno Teotónio Pereira Arquitecto, 33 anos, membro da CPN
 João Maurício Marinho, Operário de Lanhidos
 António Bague Nunes Operário de Lanhidos
 José Francisco Baptista Papalina Operário Corticeiro

DISTRITO DO PORTO

Jorge Manuel Gouveira Strecht Ribeiro Advogado, 31 anos
 Alberto Sousa Martins, Consultor Jurídico, 29 anos
 António Lusiano Canhão Roma Torres Médico, 36 anos
 Marcelo Curado Correia Ribeiro Advogado, 33 anos
 António Fernando de Campos C&A Assistente Universitário
 José Luis Perente Galamba de Oliveira Estudante, 24 anos
 Francisco de Jesus Viegas Operário Fabril, 45 anos
 Luis José Nuno Pessanha Teixeira Neves Jornalista, 52 anos
 António Moreira da Silva Operário Metalúrgico, 37 anos
 Maria Margarida Paredes dos Santos Coelho Arquitecta, 34 anos
 Fernando Neves da Rocha Operário, 28 anos
 José Joaquim Nunes Pereira da Faria Funcionário Sindical, 26 anos
 Arnaldo Jorge Veloso Fleming Sociólogo, 31 anos
 João Gomes António Operário Fabril, 33 anos
 Armando de Jesus Almeida Barbeiro
 Mario Maximino Peixoto Lamas Operário Metalúrgico, 30 anos
 José António Carro Gomes Benito Professor do Ensino Secundário
 Amílcar Cesar Martins Ferreira Empregado de Escritório, 28 anos
 Joaquim dos Santos Duarte Brandão Empregado Sindical, 27 anos
 Maria Manuela Martins da Rocha Antunes Assistente Social, 50 anos
 Manuel António Mota da Pina Jornalista, 31 anos
 António Manuel da Silva Santos Operário Metalúrgico, 33 anos
 Ana Rosa de Jesus Pereira Doméstica, 45 anos
 Manuel Joaquim Teixeira Pinto Empregado Bancário, 28 anos
 Maria Clara Cristina Pires Peluso e Vilas Boas Prof. Ensino Secundário
 João Vieira da Castro Operário Químico, 26 anos
 Mário Martins Empregado Bancário, 26 anos
 José Gomes Bandeira Jornalista, 37 anos
 Jaime Dinis Pedrosa de Andrade Costa Operário Electricista, 28 anos
 José Teófilo Pinto Técnico Sindical, 32 anos
 Dário Alberto Silva Guerra Lual Operário Fabril, 38 anos
 Maria Isabel Filipe da Silva Pinto Advogada, 30 anos
 Henrique Vaz Estudante
 Daíslinda da Silva Fernandes de Sousa Cateteira, 27 anos
 Sérgio António Serpa Pinto Barro Eng. Químico
 António Manuel Valente Lopes Dias Advogado, 30 anos

DISTRITO DE SANTARÉM

Ediberto Manuel Gonçalves Moço Operário Metalúrgico, 27 anos, membro da CPN
 António Manuel Leal Lopes Economista, 26 anos
 Joaquim Gonçalves Banta Operário Metalúrgico, 32 anos
 António Guilhemino Calheiros Dantas Lello Funcionário Público, 22 anos
 Manuel Luis Beirão Garracho Operário Metalúrgico, 31 anos
 Aires António Miguel da Costa Estudante, 21 anos
 José Alberto Marques Prof. Ensino Secundário, 36 anos
 João Albano Ferreira Ajudante de Farmácia, 34 anos
 Manuel Almirante Ferreira Campos, 36 anos
 Maria Julia dos Santos Operária Fabril, 25 anos
 Alfredo Rodrigues Ferreira Monteiro, 35 anos
 Carlos Simões Emp. Electricista, 33 anos
 Rui Mota Emp. Escritório, 26 anos

DISTRITO DE SETÚBAL

Victor Wengorovius Advogado, 37 anos
 Rogério de Jesus Marcelino, 42 anos
 Carlos Pratas Funcionário Sindical, 24 anos, (membro da CPN)
 Belmiro Carvalhada Funcionário da Caixa de Previdência, 29 anos
 Salvador Chamim Trabalhador Rural, 34 anos
 António Joaquim Sobral Operário Metalúrgico, 48 anos
 João Aníbal Casimiro Operário Metalúrgico, 25 anos
 Maria Eugénia Pires Funcionária Pública, 23 anos
 José Manuel Goulão Conferente Marítimo, 25 anos
 Maria Cabrita Pestana Prof. Ensino Secundário, 27 anos
 Jorge Silveira Santos Emp. Bancário, 35 anos
 Maria Fernanda Gomes Operária Têxtil, 21 anos
 José Romão Oliveira Operário Metalúrgico, 28 anos
 Margarida Leão Prof. Ensino Secundário, 28 anos
 Ricardo Neto Contínuo, 33 anos
 Luis Vicente Correia Emp. Escritório, 28 anos

DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

José Cândido de Azeiteiro Rodrigues, Prof. do Ensino Técnico, 33 anos
 Joaquim da Silva Lopes Emp. Escritório, 34 anos
 José Barbosa Braga Operário Metalúrgico, 39 anos
 Fernando Naveira da Silva Prof. Ensino Básico, 21 anos
 João Alberto de Castro Gonçalves da Rocha Operário Electricista, 34 anos

PRÓXIMOS COMÍCIOS

12 Março: Setúbal, bairro da Camarinha, 21 e 30
 Almada, Raposo de Cima, 21 horas
 13 Março: Lisboa, Casa do pessoal da Caixa de Previdência, Av. Est. Unidos América, 35-A, 18 e 30
 Setúbal, Firma Barreiros
 15 Março: Setúbal, Bairro Camomina 21 e 30
 17 Março: Caparica, Monte da Caparica, 21 e 30

SEDES

Angra do Heroísmo R. Cori
 selheiro Jacinto Candido, 7
 Aveiro Av. Araújo e Silva,
 22
 Beja Praça da República,
 34
 Braga Av. da Liberdade,
 354-2.º
 Castelo Branco R. S. João
 do Deus, 54/58
 Castro Verde R. Nascimen-
 to Costa
 Coimbra R. Ferreira Bor-
 gas, 125-3.º
 Covilhã Praça do Muni-
 cipio, 84-2.º - Telef. 24485
 Faro, R. Castilho, 9
 Guarda, R. Marques da
 Pombal, 1.º
 Lisboa Av. D. Carlos I,
 146-1.º dt.º Telef. 807127,
 807128
 R. Rodrigues Sampaio,
 79-1/c Telef. 536438
 Ovar R. Marques de Pombal,
 70
 Peniche, Rua Alexandre
 Herculano, 18-18
 Ponta Delgada R. Tvaras
 Resenda 100
 Portalegre R. da Oliveira,
 61
 Porto R. 31 de Janeiro,
 150-2.º Telef. 319569
 S. Pedro do Sul L. do S. Se-
 bastião
 São R. Capitão António
 Dias
 Setúbal R. José Adelino, 13
 ao L. da Fonte Nova
 Viana do Castelo R. Altamir-
 ra, 65/67
 Vila Nova de Gaia R. Teixei-
 ra Lopes, 123

NOVA SEDE

EM PENICHE

O núcleo do M.E.S. em Peniche na necessidade de abandonar as instalações em que tinha sede, ocupou novo local num edifício da vila, que o senhorio entendia não estar em condições de utilização.

Comunicamos portanto a todos os militantes, aderentes e simpatizantes, a morada da nova sede:

Rua Alexandre Herculano n.º 16/18 Peniche.

Agradecemos que todos os contactos e correspondência se façam para esta nova direcção, evitando a antiga com o qual o Movimento já não mantém qualquer contacto.

O E.S. VENDE-SE

EM FRANÇA
 Librairie Portugaise,
 23 Rue Guy Lussac
 75005 Paris (Tél. 033.46.18)

NA BELGICA
 Librairie L'Œil Sauvage
 21, Chausée d'Etienne
 1050 Bruxelles (Tél. 648.14.45)

CAMPANHA DE FUNDOS

Transporte	2250\$00
Um camarada de Vila Nova de Gaia	300\$00
Um grupo de trabalhadores de Construção Têxtil, SARL	530\$00
Um camarada de Bombardé	600\$00
TOTAL	3580\$00

O MES OCUPOU UMA CASA

O Movimento de Esquerda Socialista ocupou as instalações de um prédio na Av. D. Carlos I, n.º 130.

A longo tempo sofrendo de falta de instalações compatíveis com as necessidades do trabalho, o M.E.S. não podia aguardar, por muito tempo, negociações, diligências, recusas e dificuldades de toda a ordem.

Assim viu-se obrigado a tomar nas suas mãos a resolução de tão grave problema declarando desde já a disposição de resolver todas as questões burocráticas no mais curto espaço de tempo.



Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.

JOSE MANUEL... Membro da Comissão Política do Movimento de Esquerda Socialista
 composto e impresso em
 Remessa Direta, S.A.,
 Rua 1.ª de Setembro 44, Lisboa

SOPONATA:

a bordo nada de novo

Após o 25 de Abril, com os fascistas à defesa, as classes trabalhadoras des- sempre oprimidas, iniciaram por todo o lado processos reivindicativos, tendentes a alterar substancialmente a posição do trabalhador face à entidade patronal. Explicando melhor o sistema capitalista baseia-se na exploração da mão-de-obra e na acumulação de mais-valia; há pois que denunciar e combater o contrato "normal" da prestação de trabalho. Mas para além da exploração existe por contrato, o trabalhador estava sujeito a todo o tipo de abusos de autoridade patronal, a qual agia à vontade não estando sequer habituado a cumprir a própria lei capitalista. É assim que o método de administração era a «cunha», o sistema de promoção era a «graxa», o segredo para manter o emprego era a «obediência servil». Isto porque quem «relaxava» era despedido, quem não «obediava» não recobria a saúde ou gratificação, e o patrão, que tudo podia e mandava, nem sequer corria o risco de ser chamado à ordem. Eram regras conquistadas em décadas de anos de luta pelo obracimento, em que vingava a lei do mais forte, podendo dizer-se que fazia parte do todo o contrato de trabalho, como cláusula não escrita mas garantida pelos usos e seguintes disposições: «o patrão tem sempre razão» — há que obedecer-lhe.

Hoje em dia, em muitas empresas, os trabalhadores

lograram revogar, na prática, esta cláusula; noutras tal tarefa está ainda por realizar, mantendo o patrão o seu direito de abusar a seu bel-prazer dos trabalhadores que, com o seu trabalho, lhe enchem os bolsos.

É esta a situação na SOPONATA, empresa de transporte de petróleo, proprietária de vários navios e pertencente ao grupo CUF. Aqui, não tendo havido qualquer tipo de saneamento, mantêm-se os métodos repressivos, a manipulação dos direitos mais elementares dos trabalhadores, o não cumprimento da lei pelo patronato e a ameaça de represálias à quem use «levantar cabelo».

O E.S. converteu com marinheiros do navio «JESSIE» petroleiro com 40 tripulantes, que nos relataram algumas das prepotências ocorridas. É, para ter uma ideia da extensão destas práticas, há que ter em conta que o que aqui divulgamos não é caso excepcional, mas sim regime corrente neste ramo de actividade.

Os marinheiros trabalham em regime de polivalência, isto é, podem ser obrigados a realizar tarefas de qualquer tipo a; aliás disso, são obrigados a trabalhar até 80 horas suplementares por mês, o que dá 2 horas a mais de trabalho por dia. Com isto, não só ganham, trazem 3 homens a bordo. E estas horas não são pagas por hora, pois consideram-se incluídas no ordenado.

No que são empregados estas horas? Em trabalhos que só podem ser feitos em estaleiros, mas que assim saem muito mais barato, como seja reparações do navio em viagem, picar o convés, pintar o barco, etc.

E quem paga as faturas, quem carrega com estes serviços, são os elementos mais mal pagos da tripulação, os marinheiros (quem se fixa é a mexilão).

Apesar das dificuldades organizativas, que têm de enfrentar (como seja o facto de em cada viagem mudar a tripulação e a inexistência do capitão em assistir à reuniões), os marinheiros do «JESSIE» resolveram tomar medidas em relação a este estado de coisas. Enviaram de bordo, assinado por todos, um telegrama ao Sindicato em que expunham a situação.

Foi-lhes respondido, também por telegrama (que reproduzimos) que o contrato colectivo apenas obriga a horas extraordinárias em casos excepcionais, como seja o de manobras e avarias; fora destas casos só estando os trabalhadores de acordo.

«Quando chegámos a Lisboa a comissão do pessoal da SOPONATA, que não defende os interesses dos marinheiros, foi a bordo tentar convencê-los a continuar no mesmo regime».

Afirmavam que de outro modo ficávamos a ganhar menos, que perdíamos os prémios, etc.»

«O que eles não querem



ver é que com este regime ficam muitos chefes de família em terra, sem emprego, que, de outro modo, poderiam ser empregados».

«E a um camarada que respondeu que só queria fazer aquilo a que é obrigado por contrato, que só fazia horas extraordinárias quando houvesse emergência, foi-lhe passado bilhete de desembarque e substituído por outro que nem tinha credencial do Sindicato para ser inscrito na capitania. Tendo posteriormente ido ao Sindicato saber da sua situação foi informado que a SOPONATA, tinham concordado em que embarcassem, mas dentro do mesmo regime das 10 horas por dia».

«O Sindicato não tem sido capaz de defender os nossos interesses. Assim, em reunião havida na 4.ª feira passada entre representantes do Sindicato e do armador, o Sindicato deixou-se levar, tendo sido aprovada a proposta que deixava ficar tudo na mesma».

«Aliás a tripulação anda agora muito democrática; como são os marinheiros que são a minoria, que suportam o regime da poliva-

lência, e, consequentemente, trabalhos mais pesados, eles organizam votações de toda a tripulação para decidir se su aceita ou não o regime que só a nós prejudica (visto que a restante tripulação — capitão, imediato, marinheiros, radiotelegrafistas, empregados de cama e mestraria, isto é, carpinteiro, electricista, seralheiro, jornaleiro e bombeiros — nunca fazem mais do que o seu trabalho, cabendo aos marinheiros os trabalhos pesados de pintura, etc.). Claro que as votações foram favoráveis àquele regime. Assim, com este processo «democrático», conseguimos inclusivamente aprovar uma coisa que é contrária ao contrato colectivo».

«E no fim desta votação, o capitão — sentenciava: quem não aceitar este regime vai para a rua!»

E.S.: É qual é a possibilidade de se organizarem para exigir que os vossos direitos sejam respeitados?

«A situação não é boa. A comissão de pessoal é dominada pelos mais privilegiados. Ainda há pouco apresentou uma proposta de salários de 10 contos a pouco para empregados de

câmara, 11 contos para os marinheiros e 36 para o comandante. Os trabalhadores recusaram-se a assinar esta proposta».

Noto-se, aliás, que já antes lutámos contra o regime de horas extraordinárias, mas a acção do Governo, nessa altura, fez fracassar a nossa posição. Foi pouco depois do 25 de Abril, esteve o barco na Póvoa. Nessa altura recusamo-nos a fazer mais do 8 horas diárias, o que fez com que o barco ficasse alguns dias parado sem carregar. Isto porque como empregamos menos gente do que é necessária em certas alturas, como seja a do carregamento, o barco só funciona mesmo com base nas horas extraordinárias. Ao fim de 3 dias veio do Lisboa ordem do Governo para trabalharmos, tendo os navios sido requisitados à ordem do Exército em regime militar. Assim tivemos momentaneamente de ceder».

E.S.: Quanto a condições de trabalho e segurança, qual é a situação?

«Não há mártir a bordo mas apenas enfermeiro. Já tem acontecido tipos meterem muito mal, algumas vêm a morrer, e apesar de passarmos muito perto de terra não paramos para levá-los ao hospital pois não podemos morrer».

«Além disso há casos de assassinato à boa maneira fascista, como é o de um imediato, que o piloto se não encaixar, pregava uma taboa com pregos na parede que lhe ficava por trás».

Como vê, os reis do capital mantêm os velhos hábitos de oprimir. Muito há para fazer neste campo, em muitas empresas. O Conselho se ou não meter estes senhores na ordem, depende fundamentalmente do que os trabalhadores consigam, em cada fábrica, em cada barco, de organização, da determinação para a luta e de esclarecimento de que só atacando o capital em todas as formas de exploração que o seu domínio original se poderá construir uma sociedade cuja lei fundamental não seja a lucro e a exploração do trabalho alheio.

DEMITTE-SE O PRESIDENTE DO SINDICATO

No final de uma reunião de delegados foi lida aos presentes, de uma das janelas do sindicato, a seguinte declaração:

«Considerando o comportamento sectário e partidário que a direcção tem tido, principalmente nos últimos tempos;

«Considerando que a direcção tem contribuído profundamente para a divisão dos trabalhadores;

«Considerando que a direcção pretende, como já tem dado provas, desqualificar todos os trabalhadores progressistas que não se identificavam com o PCP;

«Considerando que a direcção tem feito tudo para transformar o Sindicato em correira de transmissão partidária, e por outros motivos que exporei em Assembleia Geral em, Jerónimo Augusto Franco, militante anti-fascista de antes e depois do 25 de Abril a, presidente da direcção» deste

Sindicato dos Metalúrgicos demite-me.

Lisboa, 7 de Março de 1975 às 22 horas

JERÓNIMO AUGUSTO FRANCO

Um extenso comunicado, assinado por delegados de várias empresas, e que relata pormenorizadamente os acontecimentos, afirma a curta altura:

«... Seguidamente, alguém informa que acabou de ser lido no Rádio Clube um comunicado da Direcção do Sindicato, assinado pelo Manquinho, dizendo que: «Funcionários fascistas não saídos» se baricaram dentro do Sindicato e estavam coligados com uma pseudo manifestação para apoio dos «subordinados» e que se estava a fazer um boicote ao plenário dos delegados».

«Esta anomalia provocou uma onda de repulsa entre os delegados presentes. A Direcção estava a fazer um jogo duplo e provocatório para a classe, tentando lançar a confusão en-

tre a classe metalúrgica, com mentiras e calúnias. Os directores sindicais presentes no Sindicato apressaram-se a dizer aos delegados que não tinham conhecimento do comunicado».

«Grupos de provocadores que se apresentavam como delegados sindicais tentavam boicotar a reunião que se estava a realizar. Convidados a participar, recusaram-se a fazê-lo, dizendo que estavam muito bem informados. Diziam que apoiavam a Direcção».

Informados de que os delegados presentes em reunião do Sindicato tinham decidido a convocação de uma Assembleia urgente para esclarecer totalmente os factos perante a classe, continuaram o seu trabalho boicotado, fazendo pequenas reuniões nos corredores e conferenciando no Gabinete da Direcção».

Entretanto, chegou ao Sindicato uma feixe militar a inveterar-se do que se pas-

sava.

Depois de informada pelos presentes, e assegurando-se que não se tratava de qualquer golpe reaccionário como a direcção pretendia fazer crer, o capitão comunica que todos os presentes devam abandonar o Sindicato, e que se responsabilizaria pela segurança de tudo o que aí se encontrava, e que seria anunciado em breve um plenário, para decidir da situação, conforme deliberação dos delegados presentes.

No final o capitão do COPCON, contrariamente ao que tinha afirmado, entregou as chaves à direcção, dizendo que não deviam utilizar as instalações.

CAMARADASI

O relato destes acontecimentos exige de nós uma tomada de posição firme e esclarecida onde a direcção é os trabalhadores do Sindicato sejam ouvidos.

Tal só é possível em plenário geral de metalúrgicos onde só intervenha quem

possuirdados concretos que ajudem a esclarecer os factos, opondo-nos a toda a confusão e intervenções provocatórias, exigindo que nada nos seja escondido.

A classe operária não tolera que sejam despedidos, reprimidos e caluniados em seu nome trabalhadores anti-fascistas e anti-capitalistas.

Só a verdade e a revolução, por isso defendemo-la.

Preparamos a convocação de um grande plenário donde a classe saia esclarecida e não confundida.

O Sindicato é dos trabalhadores.

Lisboa, 10 de Março de 1975

Delegados sindicais das empresas: PRECOX, CARIS, C. SANTOS, METROPOLITANO, METALURGICA, PINTO E CARREIRA, LISBONA, FABRICA PROGRESSO MECANICO, SACOR, MESA, HABITAT, MOCAR, METALOGRAFIA, TAP, A.M. ALMEIDA.



SETÚBAL

P.P.D. provoca população

O Movimento de Esquerda Socialista M.E.S., que, começou recentemente a desenvolver a sua organização em Setúbal, considera todavia dever pronunciar-se inequivocamente sobre os recentes acontecimentos verificados nesta cidade.

O que se passou na noite de 7 para 8 de Março em Setúbal não foi um simples conflito, mesmo físico, entre organizações políticas, entre uma organização que queria fazer um comício e outras que o queriam impedir.

Muito mais do que isso houve de facto à boa maneira fascista, uma atitude provocatória da parte do

P.P.D., onde aliás se acotaram elementos notoriamente fascistas que ainda há um ano militavam na A.N.P., L.P., M.P. etc. e mais recentemente nos extintos partidos do progresso e liberal, conjugados com a acção reaccionária e repressiva da P.S.P. que - há disso abundantes provas - atirou a matar contra as pernas e para a cabeça dos manifestantes quer com rajadas de metralhadora atiradas da janela do 1.º andar da esquerda que atingiu inclusive simples populares que saíam do cinema...

3. Não chegou a haver qualquer conflito com as Forças Armadas, tendo até havido populares que se di-

rigiram ao quartel para reclamar a presença dos militares, depois da repressão armada de que foram vítimas há saída do Clube Naval por parte das forças militarizadas e muito provavelmente de atiradores do corpo de segurança, armado, do P.P.D. porventura infiltrados entre os manifestantes, e que o próprio confessa ter, embora não confessando tê-los utilizado.

4. Esta manobra provocatória do P.P.D. e seus aliados, nomeadamente forças policiais, sobre a classe operária e o povo trabalhador, faz parte do plano bem global da escalada reaccionária a que estamos a assistir.

5. Impõe-se que estes factos graves não caiam no esquecimento nem o Governo acabe por actuar como se ainda houvesse a malfadada garantia administrativa, há pouco abolida, e que permitia designadamente que elementos das forças repressivas nunca vissem os seus actos apreciados em tribunal por que nunca vinha autorização do ministro que era então necessária para que a queixa dos cidadãos atingidos ou seus familiares, fosse para diante. Impõe-se a imediata detenção dos principais responsáveis e averiguação permenorizada das responsabilidades.

Impõe-se o saneamento, desarmamento e completa refundição da P.S.P. e da G.N.R., em que muitos fascistas confiam para o golpe militar de direita, com que esperam isolar e vencer quer os sectores progressistas do M.F.A. quer sobretudo a classe operária e os seus aliados.

6. Impõe-se fazer uma clara escolha anticapitalista quer através da plena

tomada de consciência do povo, quer da parte do M.F.A. e dos partidos que queiram servir sem margem para dúvidas os interesses dos trabalhadores e não o dos capitalistas.

O M.E.S. luta por uma frente de massas anticapitalista, por um plano económico-social que sirva o povo contra o desemprego e o aumento do custo de vida em vez de servir a estabilização do capitalismo em crise, pela afirmação de formas de poder operário e popular que controlem a produção e o emprego, a habitação e os preços, a saúde e os transportes, os trabalhadores, para os soldados e marinheiros, e oficiais e intelectuais progressistas, nesta fase decisiva da vida nacional, em que em cada momento se escolhe entre o avanço para o socialismo ou em alternativa, capitalismo autoritário, a pobreza e a derrota das classes trabalhadoras.

O M.E.S. afirma a sua linha política que se não confunde com a hesitação, o reformismo e dirigismo do P.C.P., nem com o moralismo e a obsessão anti-P.C.P. de alguns grupos esquerdistas que afinal pouco mais propõem de útil aos trabalhadores, e muito menos com a linha oportunista do P.S. em que predomina uma orientação burguesa

Por uma ampla frente de massas anticapitalistas
Não reformistas nem esquerdistas
Com a classe operária e os seus aliados na base
para o socialismo para chegar ao comunismo
Assim pelo poder operário e popular



hoje
já temos muito

amanhã
teremos milhões

PORTO 8 DE MARÇO MANIFESTAÇÃO

PELO DIREITO AO TRABALHO!

CONTRA OS DESPEDIMENTOS!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

ABAIXO O CAPITALISMO E O IMPERIALISMO!

VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

proposta revolucionária global que mostre claramente às massas populares a imagem de um novo tipo de vida e sociedade derivados das novas relações de produção em que o poder popular seja efectivamente assegurado e a independência nacional plenamente conseguida.

Compete aos trabalhadores e às forças políticas que se reclamam de democracia proletária tomar audaciosamente a iniciativa em ordem a conquistar o poder, destruir o aparelho de estado burguês e realizar a revolução socialista.

Para tal só a mobilização dos trabalhadores, nos locais de trabalho e de habitação, em comissões de trabalhadores e comissões de moradores, criando poder operário e popular, exigindo o comprometimento do sector progressista do M. F. A. pode assegurar o avanço do processo revolucionário.

O Secretariado da Organização Regional do Porto do MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA



Grupos de operários e comissões de trabalhadores de algumas fábricas e empresas da região do Porto fizeram um apelo à classe operária e ao povo trabalhador, e a todas as organizações sindicais para se manifestarem «PELO DIREITO AO TRABALHO CONTRA OS DESPEDIMENTOS». A referida convocatória afirmava: «Sobem alguma coisa os salários, mas a vida muito mais, aumentem os transportes e as casas ou não se encontram ou são alugadas a um preço dos diabos, a assistência médica e o ensino, tudo continua a ser privilégio dessa cambada de exploradores».

Mais do que isso, o patronato, o capitalismo, lançam hoje no desemprego milhares de trabalhadores. Com esta manobra eles pretendem meter medo à classe operária tentando travar as suas justas lutas pois ameaçam sempre os operários que trabalham com o desemprego, tentam assim fazer crer aos trabalhadores que o que é preciso

na sua linha de defesa intransigente dos interesses da classe operária e do povo trabalhador, anunciou dia 6 de Março o seu apoio a esta iniciativa através do comunicado anexo do Sôrp do M.E.S.

Na véspera da anunciada manifestação o Governo Civil do Porto, pela pessoa do dr. Mário Cal Brandão, conhecida «estrela» do Partido Socialista, considera ilegal a manifestação, acusando-a de «levantar graves suspeitas sobre os fins que se têm em vista com a sua realização no momento em que o País se prepara para dentro do mais elevado espírito cívico, manifestar pelo voto e em eleições livres as suas opções sobre os problemas políticos nacionais».

Ignorando estas e outras ameaças, cerca de 8000 pessoas, percorreram durante 3 horas as ruas da cidade, denunciando a exploração capitalista e exigindo um «GOVERNO POPULAR». A passagem pelo

consulado americano à multidão gritou «abaixo o imperialismo». Arrastando com intensa chuva e violenta queda de granizo, os manifestantes não arredaram pé e, junto ao Governo Civil, exigiram a libertação de alguns camaradas presos de manhã, quando anunciavam a manifestação. Realizado este objectivo, os manifestantes dirigiram-se mais uma vez à Praça onde se realizou um curto comício, no qual falou um camarada operário representante dos trabalhadores, que fez um apelo à unidade de classe operária e do povo trabalhador na luta contra o capitalismo e burguesia.

Esta manifestação revelou claramente a determinação dos trabalhadores de opor-se decididamente às manobras do capitalismo e apontou o caminho certo da unidade dos trabalhadores e das organizações de esquerda na luta contra o inimigo comum: o capitalismo.

O capital não se controla — ATACA-SE!

Numa economia capitalista como a do nosso país, o capital financeiro desempenha um papel fundamental, uma vez que a dominação exercida pelos detentores desse capital não se circunscreve à estrutura económica mas tem marcada influência a nível político e ideológico.

Assim sendo, não nos devemos adormecer com as ma-

nobras que, a todos os níveis são tentados e concretizados com o objectivo de continuar a exploração das classes trabalhadoras.

Devem, portanto, os trabalhadores bancários estar atentos a todas essas manobras por forma a desmascará-las, venham da onde vierem, assumindo assim conscientemente uma posição clara ao lado de classe operária.

iguais aos anteriores.

Não nos iludamos com os capitalistas "democratas" porque eles não dormem mas tudo fazem para adormecer e distrair os trabalhadores que podem e querem fazer-lhes frente, dizendo NÃO à exploração, aos conlujs e à conspiração.

Nós reconhecemos que só a nacionalização da Banca sob o efectivo controlo dos trabalhadores, que só o saneamento correcto e integral pode transformar minimamente a estrutura bancária desferindo desta forma um duro golpe no sistema de exploração capitalista.

e da sua dedicação revertirá em última instância, em seu próprio benefício.

Ne verdade fala-se em última instância quando se deveris falar em primeira instância.

No que se refere ao sector financeiro, apenas se prevê o reforço dos meios de fiscalização dos bancos privados, admitindo-se a intervenção do Estado na gestão em casos de extrema gravidade, enquanto no sector "nacionalizado" nada de concreto é adiantado por forma a que se possa supor que se caminhará por uma via que não seja a de um capitalismo monopolista de Estado, onde a gestão burocratizada se

manter, onde tudo parece mudar para tudo ficar na mesma, onde se continuará a assistir aos favores e à protecção aos grupos e potenciais económicos.

Quanto à questão do Horário de Trabalho Nacional ela é simples:

— continuando a viver-se em economia capitalista.

— existindo mais de 200.000 desempregados.

com que base é que se poderá admitir um aumento de tempo de trabalho?

Para permitir aos detentores do capital financeiro aumentar os seus lucros e a sua dominação à custa dos trabalhadores bancários e das restantes trabalhadoras?

... "em última instância"

Porque se a Banca responde, na actual fase do sistema capitalista português ao termo do poder económico, este poder não se controla — ATACA-SE — através do desmantelamento efectivo dos seus pontos de apoio. Não há controlo possível do capital financeiro mantendo intacto aquilo que tem de essencial. Mas eis que surgem novos factos que não afectam de imediato as classes trabalhadoras em geral, e como tal, também os trabalhadores bancários. São esses factos Programa da Política Económica e Social e o Relatório de Trabalho Nacional — que se consideram essenciais que todos nós analisemos para que não sejam impostas medidas que a curto ou a longo

prazo mais agravem a já difícil situação que o País atravessa.

Certo é, porém, o Programa Económico é o resultado das contradições existentes no seio do poder, é o resultado de todas as pressões que a burguesia e os imperialistas exerceram, e como tal, com ele se procurou que sejam os trabalhadores a suportar a maior parte dos sacrifícios para a reconstrução nacional.

Mas, como é necessário que os trabalhadores estejam dispostos a sacrifícios, afirmou-se nesse Plano (pág. 11), que «este objectivo não será alcançado sem uma profunda e generalizada convicção por parte das classes trabalhadoras do que o fruto do seu trabalho

não é altura para hesitações

O momento que passa é grave e todos nós devemos tomar posição. Não é absurdo para comoda expectativa, deixando aos outros a possibilidade de manobramos como pretendem.

O futuro é forjado conjuntamente, denunciando as fraudes e propalâncias pondo-nos decididamente ao lado de todos os explorados e oprimidos contra todos aqueles que abertamente ou na sombra batão

contra os justos interesses do Povo Português. Não ao aumento do horário de trabalho.

Por um efectivo e justo saneamento na Banca.

Pela unidade dos trabalhadores contra as manobras do capital e dos seus agentes.

O capital não se controla

— ATACA-SE!

Núcleo de intervenção dos Bancários do Movimento da Esquerda Socialista

o que não se fez

A que e que se tem assistido até aqui?

A manutenção efectiva da intervenção de manobra e acção dos bancos comerciais.

A chamada "nacionalização" de algumas instituições bancárias, onde nada mudou.

A um inexistente ou deficiente saneamento daqueles que no passado ou mesmo no presente continuam a entrar ou a impedir a tomada de justas posições.

Com efeito, que meios foram até agora utilizados para "controlar" a Banca privada?

Tudo o que o Governo fez foi nomear delegados do Banco de Portugal. Que fazem efectivamente esses delegados? Que actividades

des controlam? A quem prestam contas? Quem os controla?

Quando se alucide o povo português das manobras peroladas dentro dos Bancos? Até quando se continuará com a política do segredo, cúmplice e criminoso?

Mas que outras coisas poderíamos esperar dos actuais responsáveis pela política bancária — ex-ministros, ex-secretários do Estado do tempo do fascismo ou simplesmente «ex-fascistas»?

Enquanto nós formamos o seu saneamento, os corruptos e os fascistas, agorá os «tecnocratas imputos» — tentam aproveitar esse saneamento e conseguem pô-los lugares vãos outros

ELEIÇÕES EM ECONÓMICAS

Sob as palavras de ordem «claro o poder de escola» e «integrar o poder de escola no poder operário e popular» avança um projecto em que chama a atenção dos estudantes e professores progressistas para a necessidade de participarem na formação de contrapoderes operários e populares, apontando que tal «será do passar pela viação do um poder de escola que se integra no movimento de massas anticapitalistas».

Trancrevemos algumas passagens desse programa que nos parecem ser mais significativas.

PODER DE ESCOLA: O QUE É?

1. É a afirmação: a) No terreno ideológico através de um controlo sobre a vinculação de ideologia burguesa nas matérias de ensino.

b) No terreno político (pela institucionalização de um tipo de ensino que objectivamente sirva os avanços da luta anticapitalista e seja um apoio concreto às lutas dos trabalhadores).

c) No terreno organizativo (unificando as estruturas progressistas de escola aos órgãos de contrapoder operário e popular — comissões de moradores, de trabalhadores, interempresas, comitês de aldeias, comitês de zona, etc.).

De uma prática anticapitalista por parte da escola, considerada como um todo hegemonizado pelos estudantes e professores verdadeiramente progressistas e revolucionários e que na especificidade da sua acção política saibam contribuir para os avanços do bloco histórico.

2. É simultaneamente um contrapoder dirigido contra o aparelho de Estado burgues na medida em que reduz os efeitos que a burguesia da escola pretende retirar, e portanto uma forma específica de confronto anti-institucional pela via da agitação à classe operária e não pela contestação esteril e re-

formista face ao aparelho de Estado (o M. E. C. neste caso). É uma luta dirigida contra a recuperação da escola no perspectiva de renovação capitalista num momento de crise ideológica e institucional. É, portanto, um contrapoder na medida em que na prática diária e nos objectivos gerais cria condições para aprofundar em termos revolucionários a crise ideológica das classes dominantes.

3. O poder de escola não se baseia na análise de que os aparelhos de Estado se poderão alguma vez encontrar desligados em sentido absoluto da lógica e dos interesses da burguesia. Efectivamente, a escola é uma arma da organização burguesa de sociedade e nunca poderá ser uma «ilha» desligada dos conflitos de classe que se entrecruzam ao nível mais geral. E daí que em termos dos interesses últimos da classe operária — a acção do socialismo em ordem a uma sociedade sem classe — a escola capitalista actual só existe em alternativa possível — a sua destruição, pela construção dessa sociedade onde o Trabalho manual não mais esteja separado do

trabalho do estudo, de investigação, de criação.

COMO SE CRIA E FORTALECE?

1. O poder de escola assenta na ligação, em termos políticos, do quotidiano escolar com as temáticas de luta das classes trabalhadoras.

2. Cria-se e fortalece-se libertando o pensamento e iniciativa dos estudantes revolucionários e progressistas, no seus locais de trabalho (as turmas) com os seus instrumentos de trabalho (o plano de estudos).

Tudo isto terá de passar necessariamente pelo combate a:

— todas as concepções e práticas capitalistas susceptíveis de desligar os órgãos de gestão da massa da escola, ou privilegiando os enquanto expressão não de um poder de escola, mas de um poder sobre a escola.

práticas burocráticas tendentes a fazer das associações de estudantes as proletrias sindicais do Movimento Estudantil desligando-as efectivamente desta e retirando o verdadeiro controlo das bases.

— todas as concepções e práticas tendentes à existência de uma situação de confrontação permanente entre estudantes e docentes, como se a verdadeira luta ideológica não fosse constante entre as posições anticapitalistas e o discurso ideológico dominante, nas suas diversas facetas.

— todas as concepções e práticas cristãs tendentes a provocar confrontos estereotipados entre os órgãos de gestão e a massa estudantil.

— todos os que sistematicamente recorrem não ao debate político mas à «boca», à provocação, à cáspula, expressões de total impotência política, bem como a todas as práticas sectárias venham donde vierem.

CRICIAR O PODER NA BA-SE!

CRICIAR O PODER DE ESCOLA!

POR UMA PRÁTICA ANTICAPITALISTA!

LEIA O NOVO DEBATE

Escreva e envie a sua carta

ou não escreva a sua carta



Actualmente, o movimento estudantil em Portugal tem vindo a libertar-se com a incapacidade de encontrar pontos convergentes de ligação à luta das explorados e oprimidos, em que assumindo iniquivadas posições anticapitalistas de contribuição para a formação do bloco histórico que superará a sociedade burguesa.

Entre as questões cardinais e as falsas questões em que se avalia grande parte das suas potencialidades, os estudantes têm-se conciliado pela impossibilidade de proporem formas de intervenção actantes na crise da sociedade portuguesa, ao lado das classes trabalhadoras.

Porém, a lista B candidata às eleições para a direcção da A. E. do Instituto Superior de Economia avança alguns pontos programáticos que nos parecem susceptíveis de quebrar esse impasse.



M.E.S.

ENCONTRO nacional de PROFESSORES

promovido pelo

Movimento da Esquerda Socialista

8 de Março de 1975

Teve lugar no sábado, dia 8, um Encontro Nacional de Professores, aberto não só a professores militantes, aderentes e simpatizantes do nosso movimento, como a todos os interessados na discussão de temas, como a função da escola, sindicalismo, situação política actual e sua incidência nas estratégias globais para os aparelhos escolares.

O Encontro, para o qual se inscreveram mais de 450 professores de todas as graus de ensino e de todos os pontos do País, foi organizado pelo Núcleo de Professores da Lisboa do M.E.S. Das 9 e 30 da manhã às 13 e 30 o Encontro decorreu no Instituto Superior de Economia, tendo-se os participantes, dividido numa primeira fase, por graus de ensino (Básico, Secundário e Superior) e, numa segunda fase, por grandes áreas de conhecimento (Línguas, Ciências Sociais, Ciências Exactas e Experimentais, Educação Física e Visual). A tarde e à noite

o encontro decorreu no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com dois plenários, um sobre situação política actual e seus reflexos no nível do ensino. Por volta das 22 horas, realizou-se um plenário de encerramento com leitura dos relatórios das reuniões realizadas ao longo do dia e, por fim, intervenção do camarada Ferro Rodrigues, em nome do Secretariado da Comissão Política Nacional do nosso Movimento.

Desenvolveu o Núcleo de Professores de Lisboa intensa actividade na preparação deste encontro, elaborando comunicações e teses que foram enviadas com antecedência a todos os professores inscritos e organizando uma antologia de textos relativos aos principais temas a debater na ordem de trabalho.

Todo o material do encontro, compreendendo não só os trabalhos preparatórios, como as conclusões aprovadas, nas diver-

sas secções e plenários serão objecto de uma próxima edição do M.E.S.

No plenário de encerramento, em que foi acentuada a finalidade essencialmente mobilizadora deste tipo de realizações no sentido do fortalecimento de um sindicalismo de massas numa linha combativa não reformista e do lançamento de contrapoderes efectivos ao nível dos aparelhos escolares, o camarada Ferro Rodrigues começou por saudar «todos os companheiros e camaradas que, vindos de várias regiões do País e de numerosas escolas, tinham ali estado reunidos afirmando em seguida:

«Quanto ao M.E.S., este Encontro Nacional de Professores é um momento importante de avanço na discussão da crise da capitalização portuguesa e dos seus reflexos nos aparelhos escolares, e também sobre a forma como os professores progressistas e revolucionários devem intervir nos seus locais de trabalho no sentido de se colocarem ao serviço da luta dos trabalhadores, pela revolução socialista.

É necessário, com efeito, que os intelectuais revolucionários sirvam o avanço da luta do proletariado, colocando toda a sua disponibilidade e energia

no sentido do favorecimento de objectivos importantes:

— a luta contra a ideologia dominante;

— a neutralização política das defensões da ideologia capitalista dentro das escolas;

— o impedir que a actual crise da escola capitalista em Portugal seja recuperada pela burguesia;

— o contribuir para que professores e estudantes sintegremmamente de massas anticapitalista, pela tomada de posições colectivas dentro e fora da escola que permitam uma ligação efectiva às lutas dos trabalhadores e à organização dessas lutas;

— o fortalecimento das posições reformistas e esquerdistas, que apesar de se degradarem violentamente, em certos casos, têm a mesma essência e a mesma perspectiva contra-revolucionária.

«Efectivamente, o reformismo, ao colocar, acima de tudo e qualquer objectivo, a pacificação e estabilização da escola e a criação de condições para a escola superar a crise, integram-se na ideologia da «Reconstrução Nacional» capitalista, não favorece o avanço do processo revolucionário. Mas, o esquerdismo, que utiliza a escola co-

mo campo privilegiado da sua acção e de recrutamento dos seus quadros, não hesita em dar as mãos aos reaccionários mais descarados para provocações gratuitas e manobras de afastamento sistemático com o Poder, utilizando reivindicações «barriguistas» ao nível de professores e estudantes, que apenas favorecem o progressivo isolamento da escola em relação às lutas dos trabalhadores.

«Assim, dentro e fora da escola, a todos os níveis, há que combater e derrotar a reacção capitalista, o que não pode ser independente do isolamento das posições incoerentes que em nome do reformismo e do esquerdismo usando o vocabulário pseudo-revolucionário podem comprometer o avanço do Poder Operário e Popular, único caminho para a criação de condições favoráveis à libertação da classe operária.

Na actual fase da luta de classes, assiste-se a uma escalada da violência capitalista sobre o Povo Trabalhador, que vem pagando a crise do sistema à custa do redobrar da miséria e da exploração, havendo decisões e de ordenas de militar de operários e assalariados rurais atingidos por despedimentos, enquanto o agravamento do custo da vida não cessa de descalçosamente se fazer sentir. Assim,

e sob pena dos reaccionários poderem aproveitar esta situação e utilizarem o justo descontentamento popular em seu benefício, a classe operária e os revolucionários devem tomar decisões: a) iniciar um largo movimento de massas anticapitalista, lutando e criando o poder operário e popular, de forma a que se deem passos poderosos na organização das massas populares e na unificação e organização da vanguarda de classe capaz de conduzir o proletariado ao Poder.

A actual fase de luta política, em que se assiste ao reagrupar e reorganização das forças de direita dentro e fora das Forças Armadas, exige o desenvolvimento da ofensiva popu-

lar e a ultrapassagem das posições hesitantes e colaboracionistas que no interior e no exterior do Poder Civil e Militar adoptam perspectivas liquidacionistas que podem conduzir o Povo Trabalhador a uma tragédia histórica.

«Num momento em que, à semelhança das semanas que precederam o 28 de Setembro, a reacção se organiza a todos os níveis, a polícia dispára sobre manifestantes antifascistas, e se desenham perspectivas extremamente perigosas em relação à reorganização do Aparelho Militar, ao a mobilização dos trabalhadores e a sua aliança com os militares verdadeiramente empenhados em se servirem poderá barrar o caminho às manobras do capitalismo e do imperialismo.

Num momento em que se aproximam as eleições para a Constituinte, onde a burguesia procura recuperar o terreno político que perdeu nos últimos meses, há que organizar a presença revolucionária nesse processo de forma a que se retire qualquer significado a uma eventual vitória nas urnas das forças apostadas em recuperar a crise económica, política e ideológica da burguesia, é a luta do Povo Trabalhador.

«Companheiros e camaradas:

«O trabalho que hoje iniciaram aqui terá de se fortalecer nas escolas onde militam, de forma a que se alargue cada vez mais o conjunto de professores dispostos a contribuir para as vitórias da classe operária, pela liquidação de um sistema explorador, opressor e irracional.

«Será o critério de prática que oferir a justiça das conclusões a que se chegou neste dia de trabalho.

Combataremos a escola burguesa!
Combataremos a sociedade capitalista!
Viva a classe operária!
Viva a aliança da classe operária com os intelectuais revolucionários!
Pela Revolução Socialista, lutar, criar poder popular!



SENHORIOS DESTROEM CASAS! POPULAÇÃO MORA NA RUA?

Nas últimas semanas, principalmente em Lisboa e no Porto, a população trabalhadora que vive nas más e desesperadas condições de habitação, fonte de promessas e procedendo de forma espontânea, tem ocupado as casas devolutas que em ambas as cidades constituem vários milhares.

A esta compreensível atitude de quem precisa de um teto com um mínimo de condições para si e para a sua família, responde a burguesia, a sua polícia e os seus órgãos de infor-

mação pouco são obrigados a viver ao ar livre?

Esta iniciativa das ocupações deve-se à incapacidade das autoridades que além de não responderem aos legítimos anseios dos trabalhadores, não fazem leis que os defendam, mas sim leis que defendem os senhorios e outros parasitas (e nem esses eles cumprem!).

Apropaganda dos senhorios e restantes exploradores dos trabalhadores quer fazer crer que a maioria dos ocupantes são pessoas que não precisam de casa.

lção que garanta as ocupações já efectuadas, excluindo os casos que as comissões de ocupantes venham a considerar ocupações indevidas; legislação que garanta ainda a ocupação das casas que se encontram vagas e o controlo da ocupação por parte das comissões criadas pelos interessados;

4. Que sejam castigados os responsáveis da P.S.P. pela agressão aos ocupantes e restantes população;

5. Que os senhorios, sejam obrigados a reparar as casas que mandaram

com a classe operária na vanguarda, impondo democracia para as classes trabalhadoras e ditadura para os que as oprimem — os capitalistas — através da ditadura do proletariado.

Até lá os trabalhadores têm de lutar por todas as formas e com toda a decisão contra a exploração, obtendo vitórias que reforcem a sua organização e consciência de classe.

O M.E.S. considera que é na prática, em situações como a presente, que os trabalhadores vão distinguindo os seus verdadeiros e falsos amigos.

Veja-se a posição das organizações democrático-burguesas que ignoram ou condenam lutas dos trabalhadores por causa de hipotéticos riscos que põem em perigo as liberdades democráticas. As liberdades que esses senhores burgueses têm medo de perder é a liberdade de continuarem a explorar.

Por outro lado, as organizações reformistas, que dizem defender os interesses dos trabalhadores, mas que se preocupam sobretudo em agradar à pequena e média burguesia, mais uma vez se recusaram a apoiar a luta dos explorados pondo ao serviço as poderosas máquinas burocráticas de que dispõem. Com estas conciliações vão permitindo que a burguesia recupere o que com tanto esforço foi conquistado pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Entretanto fazem nas suas costas acordos de gabinete em que pretendem decidir dos destinos daqueles que nem sequer se preocupam em ouvir.

Alcarraques: medidas urgentes

O lugar de Alcarraques, no concelho de Colmbra, como muitos outros caracol das mais elementares condições de habitabilidade.

Recentemente reunida, a assembleia de moradores deste lugar aprovou o texto que a seguir reproduzimos e onde se sintetizam os problemas considerados de solução mais premente para benefício dos habitantes do lugar.

1.º — O abastecimento de água, parece-nos prodígio em maracaná, pelo que se encontra desviado da sua linha mais aconselhável que satisfizesse os desejos habitacionais do lugar, cuja orientação nos é alheia a menos que nela tenham havido interferências de interesse pessoal, em prejuízo daqueles que ainda se encontram desviados de sofrer tal benefício.

2.º — As carreiras dos transportes colectivos que servem à zona em questão, não servem de modo algum as reais necessidades, pois parece-nos que, quando da elaboração das suas horários, estes foram feitos para beneficiar aqueles que menos responsabilidades têm nos seus horários de entrada nas diversas profissões. Pede-se, pois uma revisão a tal situação que não agrada da modo algum aqueles que dessas carreiras têm necessidade de se servirem. Sobre este maléfico assunto, já tivemos os moradores deste lugar ocasião de expor o caso a quem de direito e de interferência no caso, através de uma abaixo assinada com data de 14/8/73, do qual, ainda não se obteve

qualquer satisfação.

3.º — Quanto a arrendamentos, parecem-nos insuficientes as palavras em mente para dar a conhecer as precárias condições em que se encontram, e para se fazer um juízo mais próximo da realidade, aconselha-se a alguém interessado a fazer um pequeno percurso pelas vias do lugar, reservando nos assim os comentários que teríamos aqui de ventilar, já que as dificuldades de acesso, ficando desde logo ajudadas ao primeiro resalto de vista.

4.º — As condições de iluminação, encontram-se também dentro do mesmo prisma deficiente, pelo que se aconselha uma observação directa para que a nossa opinião não seja considerada suspeita, mas, mesmo assim se afirma a insuficiência de lampadas e as poucas que formam o conjunto de iluminação, são de voltagem inadaptável para um lugar como o que está em causa.

5.º — Quanto ao recinto escolar, também temos uma palavra a dizer, pois que não nos parece de justiça, que o mesmo dê lugar a uma exploração agrícola em desvantagem do recreio das crianças, pois assim, na falta daquele recinto, se vêm na forçada continência, atendendo a sua irreversibilidade, de ocupar as estradas públicas para seu recreio, sem atender os perigos iminentes de circulação de veículos. Perguntamos: Porque não eliminar as árvores do recinto, sendo este ornamentado em condições aconselháveis para recreio absolutamente justo dos alunos da escola?



mação com repressão e calúnia de toda a espécie. Desde gases lacrimogêneos e cobatadas, do insulto à provocação, todo um vasto arsenal de violência, que alguns julgavam banido, tem sido utilizado em larga escala para esconraçar os trabalhadores das habitações.

Enquanto os ocupantes são expulsos por pretenderem concretizar o justo direito de habitação os senhorios fazem chantagem e destroem as casas para não serem ocupados. Vários senhorios mandaram arrancar os alicerces, as janelas, as portas, os sanitários, as canalizações, as escadas e até os telhados. É tão pesada em prédios em boas condições de habitabilidade, que estão, como de resto todos aqueles onde se registam ocupações, vagos há meses ou anos. Os senhorios podem impedir, mediante manter desocupados durante anos milhares de habitações, podem destruí-las até, mas os trabalhadores necessitados de casa, são expulsos violentamente e calunias!

Note-se que os ocupantes não se recusam a pagar renda, pretendem pagá-la de acordo com as suas possibilidades, pois não é com o ordenado mínimo de 3.300\$00 que se podem pagar rendas de 4 ou 5 contos. Ou será que os ga-

Esses senhorios — que vivem em casas lujosas com todo o requinte — têm de ir uma temporada esprementeirar numa barraca para verem se quem lá vive precisa ou não de casa. Se pode ter havido um ou outro caso de oportunismo ou de ocupações feitas das isso tem de se atribuir ao carácter espontâneo das ocupações que não permitiu um aproveitamento correcto de todas as potencialidades da luta neste campo. O espontaneísmo de que enfama esta acção é compreensível na fase actual da luta, mas os trabalhadores, que não têm como a burguesia técnicos e organismos para os servir, já deram sobejas provas da capacidade de organização e também nesta situação saberão avançar e resolver as próprias as seus problemas.

Faça a esta situação o M.E.S. solidarizar-se activamente com os ocupantes e seja:

1. Não interferência da polícia, COPCON, etc. nos prédios ocupados ou a ser ocupados.

2. Que os ocupantes e restantes moradores, organizados autonomamente, controlem todo o processo de ocupação e atribuição de casas, sendo eles a decidir os possíveis casos de ocupações indevidas;

3. Salda urgente de legis-

destruir; que os senhorios sejam castigados pelo prejuízo que causaram à comunidade, podendo esse castigo ir até à expropriação.

O M.E.S. entende que é chegada a altura de se forçar do M.F.A. que dizem querer pôr-se ao lado dos trabalhadores e de todos os explorados e demonstrem na prática — apoiar a luta dos desalojados pelo direito à habitação!

Mas, com ou sem apoios, têm de ser os trabalhadores, principais interessados, a organizarem-se e a tomarem a iniciativa.

Não se pode aceitar que os trabalhadores, que tudo produzem, vivam na miséria, enquanto que os capitalistas que os exploram vivem à grande!

Não se pode aceitar que haja tanta falta de casas e se empurra a construção civil desenfreada, pessoal com pretensão de fazer habitação. Os capitalistas só minimizam produzir o que lhes dá mais lucro e não aquilo que satisfaz as necessidades dos trabalhadores.

É por isso que todos os problemas dos trabalhadores só poderão ser definitivos e totalmente resolvidos a partir da sociedade socialista, aquela em que o poder pertença à maioria da população, os trabalhadores,

Inter-comissões

Realizou-se no sábado 8 de Quinta da Calçada, uma reunião da Inter-comissão de moradores de bairros degradados de Lisboa, estando 19 Comissões de Moradores presentes.

Assuntos debatidos: objectivos da Inter-comissão — esclarecimento das Comissões presentes, pela primeira vez.

Uma delegação dos ocupantes das casas do Campo de Ourique foi o comitê de população em que estes podem a satisfação das suas justas reivindicações e também a punição das responsáveis pela destruição das casas, bem como os comandos da P.S.P. que comandavam as operações repressivas.

foram feitas críticas às BAL e falou-se de um caso importante: na Quinta Grande, em que a esmagadora maioria da população aprovou o caderno reivindicativo, conseguiram reunir

reunião com a EPUL, através da firme posição da Comissão de Moradores, e satisfação de reivindicações importantes.

fez-se um balanço da discussão do Caderno Reivindicativo, pela população nos vários bairros.

Notou-se firme determinação nas Comissões de Moradores presentes em avançar com o Caderno Reivindicativo e não permitir que em mais promessas pois as populações estão fartas.

Depois de debatido e aprovado o Caderno Reivindicativo foi aprovado marcar uma entrevista de uma delegação da Inter-comissão com o primeiro ministro, a quem será entregue o Caderno Reivindicativo.

a inter-comissão reuniu no próximo sábado — dia 15 — para decidir das formas de luta e mais ampla divulgação do Caderno Reivindicativo, as populações interessadas.

Avante pelo socialismo!

CASCAIS: populares em acção



Câmara que nunca se preocupou.

— Se nos fornecessem um eléctrico velho montávamos uma biblioteca, dizia outro.

Assim nasceu hoje um parque de jogos, emenda-se, o que os moradores decidiram? A discussão em comum pelos trabalhadores dos seus problemas, a realização de tarefas por eles decididas, são as condições fundamentais que permitiram uma progressiva compreensão da desorganização capitalista em que vivemos e da maneira de lhe pôr cobro.

Entretanto também em Cascais o Parado, clube da grande burguesia local, de anfitriões suspeitos, sempre interditado aos trabalhadores, foi tomado por um grupo de trabalhadores de Cascais para futura transformação em infantário popular.

A união entre os ocupantes, e vigilância firme das dezenas de trabalhadores que se lhes juntaram, o apoio total dos soldados e oficiais do quartel de Cascais que tinham recebido a princípio ordens de «limpar» o Parado, mais do que todos os apoios formais que possam aparecer, são pilares indestrutíveis da fortaleza que levará a vitória da ocupação, num clima em que os fascistas abundam e tentam recuperar o «seu» clube.

A noite foi aproveitado um voto de confiança à comissão de ocupantes, que ficou encarregado de elaborar os estatutos (os quais serão postos à votação no próximo domingo) e de organizar a eleição de uma comissão de gestão em que estarão representados os órgãos de poder popular da região (comissões de moradores, colectividades) que gerirão assim o infantário.

O M. E. S. apoia firmemente esta acção exemplar que é uma forma de luta e de criação de poder popular.

Núcleo de Cascais do M. E. S.

em acção: em frente das suas casas existe desde sempre, um amplo largo que está a monte, tipo lixeira, (contraste aliás, este abandono com o apuro reinante no elegante bairro do Rosário que lhe fica vizinho).

Requerimentos à Câmara para o ajardinamento e criação de um parque infantil, não adiantavam. Os moradores vieram para a rua, novos e velhos, de pás e picaretas, e meteram mãos à obra.

Além de nos trazer um benefício importante, esta iniciativa tem a vantagem de ficarmos a conhecer-nos uns aos outros: vivo aqui há anos e não conheço grande parte dos vizinhos, afirmava um dos atarefados moradores.

Temos de nos reunir logo e decidir a melhor maneira de organizar isto, afirmava outro.

Se cada morador der cinquenta escudos arranjam dinheiro para comprar baloiços e um escorrega.

Mas quem tinha obrigação de nos ajudar era a



Comite português de solidariedade com a Galiza

O Comité Português de Solidariedade com a Galiza em formação pede-nos para divulgar o seguinte texto:

«Aos democratas e lutadores do povo português». Os abaixo assinados dirigem-se a vós convencionados de que a nossa justa luta continua com a vossa solidariedade.

Uma vez mais o povo galego vai ser vítima da rapacidade, irracionalidade e esmagamento por parte do capital monopolista espanhol.

1. A empresa «Celulosa de Gulpitroa» tem o projecto de instalar uma fábrica de celulose e papel em Orense (no concelho de Teo) na margem do rio Minho.

2. Esta fábrica vai aproveitar-se da riqueza florestal galega e dos salariais que se pagam aos trabalhadores galegos devido à nossa situação colonial, causada pela emigração.

3. De resto a pasta e o papel fabricado irão para fora da Galiza para sofrer os processos de transformação e acabamento, o que pressupõe uma sangria de matérias-primas semi-elaboradas, e um motivo mais de criação de postos de trabalho fora da Galiza, com a consequente influência no processo emigratório dos Galegos em busca de trabalho.

4. O povo galego já tem demonstrado o seu descontentamento com a instalação da fábrica e em especial o povo de zona onde, segundo o projecto, esta vai ser instalada.

5. Por outro lado o povo está consciente da degradação do meio ambiente que a fábrica vai trazer consigo, devido aos gases e às águas residuais que vai soltar.

6. Este último ponto é o que nos leva a pedir a vossa solidariedade já que as águas residuais vão parar ao rio Minho que a uns 60 km do possível ponto de instalação da fábrica, começa a ser fronteira entre a Galiza e Portugal. Daí que a contaminação das águas do Minho pelos resíduos poluentes afecte do mesmo modo a margem galega e portuguesa.

Aguardamos a vossa solidariedade nesta luta por um problema que afecta directamente os nossos dois povos.

A MULHER NA REVOLUÇÃO

(Continuação de pág. 1)

familiar já não consegue comportar.

Investindo pautativos para resolver problemas irrisolúveis, tais como comida, roupa, condições mínimas de higiene e saúde para toda a família, tornando-se enfim um instrumento de trabalho mais explorado que o homem.

Mais explorado ainda se a todo o quotidiano atrás referido se acrescentar o trabalho na fábrica, no campo, em casa ou em casa alheia para com a sua remuneração complementar tentar equilibrar uma situação insustentável.

Assim, e considerando que existe do facto um «problema mulher» que tem de ser enfrentado e perspectivado politicamente dentro duma linha claramente definida e traçada por uma organização revolucionária que, assumindo a totalidade dos interesses das massas populares exploradas as conduza na luta contra a sociedade que as explora. Se este tipo de organização está em condições de fornecer uma estratégia global de luta.

Logo significa necessariamente que a mulher para se libertar e emancipar deve assumir um compromisso político consciente e consequente.

Mas «sejam claros neste ponto: a contradicção antagónica não é entre a mulher e o homem, mas sim entre a mulher e a ordem social, entre todos os explorados, mulheres e homens, e a ordem social. É esta situação de exploração que explica a sua ausência de todas as tarefas de produção e decisão no seio da sociedade, que a exclui da elaboração das concepções que organizam a vida económica, social, cultural e política, mesmo

quando os seus interesses estão directamente afectados.

É este o aspecto principal da contradicção, a sua exclusão da esfera de decisão da sociedade. Esta contradição só pode ser resolvida pela Revolução porque só a Revolução destrói os alicerces da sociedade exploradora e reconstrói a sociedade em bases novas, que libertam a iniciativa da mulher, a integram como ser responsável na sociedade e a associam à elaboração das decisões.

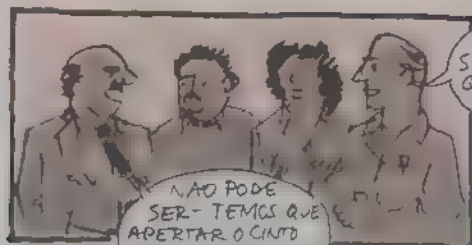
Importa sublinhar este aspecto porque na nossa época presenciamos, sobretudo no mundo capitalista, uma ofensiva ideológica que, sob a camuflagem de luta de libertação da mulher, pretende transformar em antagónica a contradição com o homem, dividindo assim homens e mulheres — explorados — para impedir que combatam a sociedade exploradora. Na realidade, para além da demagogia que encobre a sua natureza real, esta ofensiva ideológica é uma ofensiva da sociedade capitalista para confundir as mulheres, desviar a sua atenção do alvo verdadeiro.

(Continua)

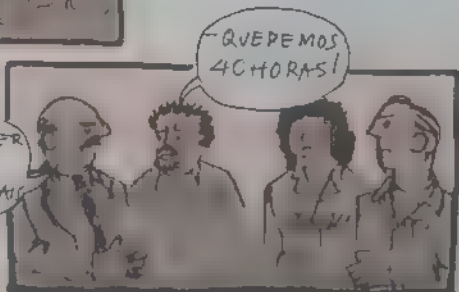
Há pois que perspectivar correctamente o problema: a emancipação da mulher é uma das lutas da conquista do poder pelo proletariado. Falso que a ser neste momento descurada atrasará o processo revolucionário que em Portugal atravessa uma fase decisiva.

Na luta contra o inimigo comum: O CAPITALISMO — homens e mulheres terão de travar juntos os mesmos combates.

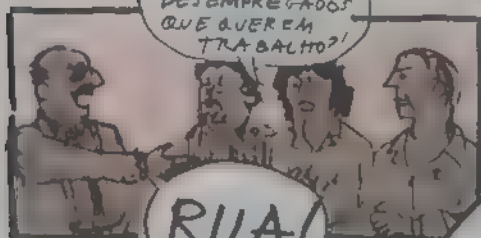
UNIDOS VENCEREMOS!



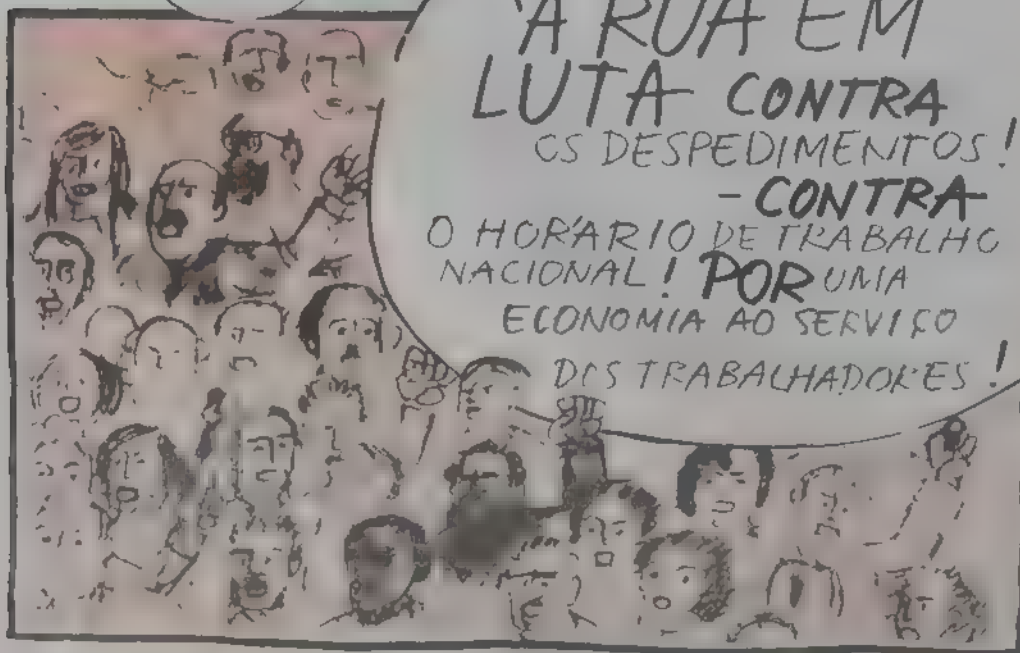
NÃO PODE SER - TEMOS QUE APERTAR O CINTO PARA RECONSTRUIR O PAÍS



NÃO PODE SER - TEMOS TODOS TRABALHAR MAIS



RUA!



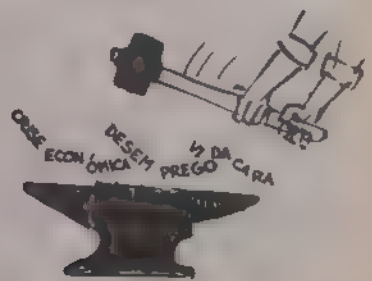
PARQUE ED. VII 15 MARÇO 16 H



ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

1

Luta contra despedimentos
e desemprego



1 PORQUE É QUE OS PATRÕES FAZEM DESPEDIMENTOS?

Os patrões fecham as fábricas e despedem, por que evidentemente defendem os seus interesses não se importando nada com o facto de espremerem os direitos dos trabalhadores.

Podemos distinguir, no entanto, três situações de despedimentos e encerramentos:

a) Empresas que só podem sobreviver à custa de salários de fome, que eram mantidos à custa da repressão brutal sobre os trabalhadores, que o fascismo permitia, e que agora com um ligeiro aumento vão à falência.

b) Empresas de capital estrangeiro, que vieram para Portugal apenas explorar a mão de obra barata. Com a luta travada após o 25 de Abril pelos trabalhadores e os aumentos salariais conseguidos, essas empresas deixam de estar interessadas em continuar cá e vão montar outras fábricas em países mais repressivos que Portugal. No caso da Signetics, por exemplo, houve admissão de pessoal mesmo após o 25 de Abril. No entanto, mais tarde o novo contrato de trabalho do Matenal Eléctrico

iniciam-se as tentativas de despedimentos.

c) Empresas com rentabilidade, mas que ameaçam fechar para obterem subsídios governamentais que só servem para lhes aumentar os lucros, ou que despedem alguns trabalhadores e aumentando as horas, ritmos e cargas de trabalho vão conseguir recuperar os aumentos salariais conquistados.

2 PORQUE É QUE EXISTEM MAIS DE 200.000 DESEMPREGADOS?

Os despedimentos e o desemprego são características de qualquer sociedade capitalista.

E os mostram bem a irracionalidade da organização capitalista da produção, já que numa sociedade onde a maior parte das necessidades não são satisfeitas, não há lugar para milhares de trabalhadores.

Os despedimentos e o desemprego já existiam de forma significativa antes do 25 de Abril.

É significativo o facto de na Europa antes do 25 de Abril haver uma taxa de desemprego anual da ordem de cerca de 40 por cento, próximo do lizado na I. T., Standard e Automática Eléctrica entre outros, que prova a existência de um número elevado de desempregados.

dos, para além dos soldados e emigrantes.

Após o 25 de Abril, com o fim da guerra colonial e o retorno dos emigrantes vítimas da crise do capitalismo internacional, com a incapacidade da burguesia dar resposta às reivindicações dos trabalhadores e a necessidade de reconversão da economia que se traduz numa maior introdução de maquinaria, de fábricas, etc., em conjunto com os factos atrás apontados leva neste momento a haver 200 000 desempregados, com tendência a aumentar, se não forem atacados os centros fundamentais do poder económico, evitando-se a reconversão capitalista obrigando os capitalistas a pagar a crise por eles provocada.

Em resumo, existem despedimentos e desemprego porque quem ganha com eles são os patrões, já que vão recuperar os aumentos salariais e portanto manter ou aumentar os seus lucros.

Passam a dispor de um exército de reserva que lhes permite impor salários mais baixos.

— Vão fazer chantagem com o desemprego para amedrontar os trabalhadores e porarizar as suas lutas.

3 — QUEM É MAIS AFECTADO PELO DESEMPREGO

Os sectores mais atingidos pelos despedimentos são os Têxteis e Vestuário, a Construção Civil, os Metalomecânicos, e Electrónicos e os Caixaeiros.

Tanto os Têxteis e Vestuário, Electrónica e também em parte os Caixaeiros, utilizavam a mão-de-obra feminina jovem em grande quantidade por três razões fundamentais:

— Os salários eram antes do 25 de Abril bastante inferiores aos dos homens, verificando-se assim uma sobreexploração do trabalho feminino.

Depois do 25 de Abril a situação manteve-se em grande parte dos casos, apesar de lutas importantes se terem travado por salário igual para trabalho igual.

— Devido à situação da mulher trabalhadora em Portugal, e não só, determinadas tarefas, como as realizadas no material eléctrico, eram-lhe reservados.

O trabalho executado exigia da parte dos trabalhadores um bom estado de saúde.

No material eléctrico, ainda, ao fim de quatro ou cinco anos de actividade ficava-se inutilizado de vista, e numa posição secundária no mercado de trabalho capitalista.

Isto significa que fossem os operários jovens durante atingidos pelos despedimentos apesar de na construção civil e metalomecânica (mão-de-obra masculina) fossem atingidos de uma forma generalizada jovens ou não particularmente os de idade superior a 20 anos, já que abaixo desta idade não existe a obrigatoriedade do salário mínimo nacional.

4 — QUEM TEM PETO MAIS DESPEDIMENTOS

As pequenas e médias empresas sem capacidade para se adaptarem a uma situação em que os trabalhadores avançam para lutas por melhorias do salário e condições de trabalho, nem terem em contrapartida uma máquina estatal e policial repressiva abrem generalizadamente falência lançando no desemprego milhares de trabalhadores.

A este factor também se soma a necessidade conjunta do Dólar — o dólar norte-americano — dos bancos, no sentido de reforçarem as suas posições de controlo e instrumentar a fazerem uma determinada situação política assim criada, em seu favor.

É de realçar no entanto que os proprietários dessas empresas raramente ficam

lealdades de facto, visto que durante todo o período em que exploraram desenfreadamente os trabalhadores retiraram os lucros das empresas em seu proveito, não investindo nem se adaptando a novos processos de produção.

Estes factores, aliados à fraca experiência de luta em largos sectores da classe operária e a quem por aí conclui que das empresas nacionais os pequenos e médios são os grandes causadores do número de despedimentos verificados.

Nas grandes empresas nacionais, o factor importante a realçar é a resistência exemplar aos despedimentos lavada a cabo pelos operários dessas empresas, muitos deles com largas tradições de luta durante o fascismo, que motivou, pelas informações disponíveis, um contributo menor nos despedimentos efectuados.

O sector das empresas estrangeiras também contribuiu em larga escala para o desemprego generalizado, devido à forma como e porque estavam implantadas em Portugal.

— Vantagens fiscais não iguais em outras partes do mundo, e facilidades de toda a ordem, devido à dependência do regime salarizante-carstenista do capitalismo internacional.

exploração desenfreada de uma mão-de-obra barata e dócil.

A partir do momento em que partes destas condições desapareceram devido à luta dos trabalhadores, elas aí vão de mãos avindas explorar trabalhadores em outras partes em situação política e social mais desfavoráveis.

5 — COMO SE LUTA CONTRA OS DESPEDIMENTOS

A luta contra os despedimentos exige formas de organização da classe operária nos locais de trabalho, nas zonas de concentração industrial, em sectores de actividade onde a luta pode ser avançada de formas idênticas, que ultrapassem o campo da organização sindical, e que se possa concretizar a partir das Comissões de Trabalhadores, Conceitos de Zona e mesmo Comissões Inter-Grupos Económicos (neste momento existe para o Grupo Barges — os 4 a ser lançada na I T T.)

A luta em torno de questões como a do horário de trabalho, horas extraordinárias, ritmos e cargas de trabalho, tem de ser encarada como decisiva no combate à exploração capitalista no seu todo, e neste caso, de combate aos despedimentos.

Se existem mais de 200 000 desempregados

Se os patrões pretendem aumentar o horário de trabalho,

— Se pretendem que os trabalhadores façam horas extraordinárias

Se pretendem aumentar os ritmos e cargas de trabalho

Isto significa que o trabalho existente poderia ser produzido por um número muito maior de trabalhadores do que o actual, donde não se justificarem despedimentos, nem 200 000 desempregados.

A única solução que interessa à classe operária é trabalhar menos para haver mais emprego

A única solução que interessa à classe operária é obrigar a pagar a crise àqueles que a provocaram os capitalistas.

É dentro desta perspectiva que se deve desenvolver a luta contra o horário nacional que pretende estabelecer as 45 horas semanais.

Estabelecer um horário que ultrapasse estas exemplares que milhares de trabalhadores levaram por diante para reduzir o número de horas semanais quando em contrapartida não se respondem a questões decisivas como são os despedimentos e desemprego, é objectivamente jo-

gar a favor do patronato jogar na reconstrução da economia capitalista a custa dos trabalhadores.

Os trabalhadores sabem trabalhar as horas necessárias quando o produto do seu trabalho não contribui para encher os bolsos dos capitalistas e para a manutenção da sua exploração.

Aos argumentos de que as empresas não têm dinheiro que para não fechar são necessários os despedimentos terão os trabalhadores de responder com a fixação do salário mínimo e do horário de trabalho a quem sempre recebeu o custo de quem tem a honra de trabalhar, a diminuição do índice salarial factor de degradação da classe operária, diminuindo assim os privilégios de uns tantos e criando condições mais favoráveis à maioria, em detrimento da de

toda uma série de despesas inúteis (gastos em benefício dos patrões e seus laicos) que podem ser utilizados em benefício tanto dos trabalhadores da empresa como de na criação de novos postos de trabalho.

Todos estes pontos têm de ser encaixados em conjunto, englobados na luta que se torna necessária desenvolver contra os despedimentos e o desemprego, parte de toda uma luta mais geral contra a exploração capitalista, que tem como centro fundamental a fábrica, mas que se estende a todos os campos da sociedade.

Como se afirmou a organização dos trabalhadores em comissões de trabalhadores nos locais de trabalho ou em comissões intergrupais, são factores indispensáveis para se levar

adiante a luta contra o horário nacional.

Não se pode desprezar no entanto a organização sindical, as comissões de delegados sindicais e a luta sindical, de uma maneira geral, já que através dos Contratos de Trabalho se pode igualmente lutar de forma eficaz contra os despedimentos, como tem acontecido em alguns casos, ao serem proibidos tanto os despedimentos



Se existem mais de 200 000 desempregados.

Se os patrões pretendem aumentar o horário de trabalho,

Se pretendem que os trabalhadores façam horas extras diárias.

Se pretendem aumentar os ritmos e cargas de trabalho.

Isso significa que o trabalho existente pode a ser produzido por um número muito maior de trabalhadores do que o actual, donde não se satisfazem desejos e sonhos de 200 000 de desempregados.

A única solução que interessa à classe operária é trabalhar menos para haver mais para si.

A ocupação que interessa à classe operária é a ocupação que produz a riqueza que a classe operária necessita.

É a ocupação que produz a riqueza que a classe operária necessita.

Estimamos a um homem que é capaz de fazer 10 horas de trabalho por dia. Se a produtividade para reduzir o número de horas semanais quando em contrapartida não se respondem a 10 horas de trabalho como são os despedimentos e o desemprego. É objectivamente o

gar a favor do patronato pagar na reconversão da economia capitalista à custa dos trabalhadores.

Os trabalhadores sabem não trabalhar as horas necessárias quando o produto do seu trabalho não contribui para encher as bolsas dos capitalistas e para a manutenção da sua exploração.

Aos argumentos de que as empresas não têm dinheiro que para não fechar não são necessárias os despedimentos, tiram os trabalhadores de responder com a fixação do salário mínimo, dando-lhes o dinheiro a quem sempre recebeu a custa de quem trabalha. Tem de responder com a diminuição do tempo de trabalho, de modo que se não faça o dobro de dívida de trabalho para a mesma quantidade de trabalho. É a única maneira de se não fazer o dobro de dívida de trabalho para a mesma quantidade de trabalho.



toda uma série de despesas. Estes gastos em benefício dos patrões e seus aliados, que podem ser realizados em benefício tanto dos trabalhadores da empresa como de no criação de novos postos de trabalho.

Todos estes pontos têm de ser entendidos em conjunto empregados no luta que se torna necessária desenvolver contra os despedimentos e o desemprego parte de toda uma luta mais geral contra a exploração capitalista que tem como centro fundamental a fábrica, mas que se estende de todos os campos da sociedade.

Como se afirmou a ocupação dos trabalhadores em empresas e fábricas é a única maneira de se não fazer o dobro de dívida de trabalho para a mesma quantidade de trabalho.

Não se pode desprezar a luta dos trabalhadores em empresas e fábricas. Os contratos de trabalho se pode igualmente lutar de forma eficaz contra os despedimentos, como tem acontecido em alguns casos, ao serem proibidos tanto os despedimentos

sem justa causa como os despedimentos colectivos, armas de que os patrões se servem para dividir e atomizar as movimentações que os trabalhadores desenvolvem e todos aqueles que nessas lutas se mostram mais activos e esclarecidos.

2. COMO SE LUTA CONTRA

OS DESPEDIMENTOS

As análises que se fez dos despedimentos e do desemprego verificadas após o 25 de Abril, realçam as manobras diversas que o patronato utiliza para levar as empresas a situações económicas catastróficas.

Desde desvios de fundos das empresas para os mais diversos fins, compra de matéria-prima em grande quantidade, boicotando ao mesmo tempo a saída de mercadorias, (Ex Eurofil)

Até desviar a produção para fábricas (mãe em outros países (Ex: I.T.T., A.E.P.), tudo serve aos capitalistas para sabotarem os avanços que os trabalhadores, a e sua vanguarda, a classe operária, aliados aos sectores progressistas do M. F. A. têm conquistado desde o 25 de Abril.

Poranto esta ofensiva generalizada do patronato e seus aliados, a classe operária tem em muitos casos sabido responder a estas manobras.

Tem conseguido moniar com o auxílio de todos os sectores de uma empresa (escritórios, contabilidade, produção) serviços de vigilância às actividades das administrações, recorrendo a empresas do mesmo grupo e aos trabalhadores bancários, que se encontram no coração das sabotagens económicas praticadas.

Tem criado na prática de luta, a solidariedade com todos os camaradas explorados e oprimidos.

Tem feito avançar a organização e consciência da classe operária ao avançar para formas de luta exemplares como são as ocupações das empresas.

Esta forma de luta avançada e exemplar tem de ser encarada cada vez mais de uma maneira ofensiva.

Tem cada vez mais de deixar de ser uma forma de defesa contra o capital para passar a ser uma arma de ataque frontal ao capitalismo.

A ocupação, significando a retirada do âmbito do capital de todo um conjunto de meios utilizados na produção (máquinas, matérias-primas, força de trabalho) tem de ser encarada como forma de luta prioritária a ser utilizada de uma forma cada vez mais generalizada.

Tem de ser acompanhada de exigências ao poder político, que não podem ficar na mera substituição de uma administração particular por uma estatal.

A orientação da gestão e produção de uma empresa opera a posteriori, e não a priori, na medida em que se trata de empresas de massas, e não de pequenas e médias empresas.

Não podem no entanto os trabalhadores cair na armadilha da cogestão.

Só quando a classe operária e seus aliados na luta tiverem o poder político, o poder económico, e dominarem as classes inimigas, poderão administrar a produção e orientá-la para a satisfação das necessidades do povo trabalhador. Enquanto o capitalismo não tiver sido destruído, não podem os trabalhadores e a classe operária, participar na gestão capitalista da produção.

Tem a classe operária de avançar para formas de organização que saíam os muros da fábrica. Em zonas industriais, com lutas avançadas, têm de constituir comissões operárias de zona, embriões do Poder Operário e Popular que controle toda a actividade, não só produtiva, mas também local (transportes, habitação, saúde, etc) formada

dos pelas comissões de trabalhadores e de moradores dessas zonas.

CONCLUSÃO

Face a todos os pontos tratados neste texto, torna-se imperioso por parte do Governo Provisório e do M.F.A. a aplicação de medidas na defesa dos interesses dos trabalhadores e que contatem eficazmente a exploração capitalista, e que são:

1. Proibir os despedimentos sem justa causa e os despedimentos colectivos.

2. Conceder subsídios às empresas quando esta for a única solução para não se verificarem despedimentos, quando a produção for de interesse para o País e for possível mantê-la em bom funcionamento e com regresso imediato dos trabalhadores despedidos, utilizando os fundos de que dispõe através da banca e seguros.

3. Não conceder subsídios, sem uma eficaz verificação da sua justificação, ou a não acontecer que esteja para a empresa a aumentar os seus lucros.

4. No caso das empresas de capital estrangeiro, geralmente rentáveis, se for possível assegurar o seu funcionamento e a comercialização da sua pro-

dução o Estado deve tomar conta delas e pô-las a funcionar.

5. No caso de outras empresas que produzam produtos com uma comercialização muito difícil o Estado deve tomar conta delas e transformá-las adaptando a sua produção visando a satisfação das necessidades internas.

6. Por outro lado o Estado tem que garantir o salário aos trabalhadores que, apesar das medidas apontadas, sejam despedidos, através dos fundos que resultam das acções contra burocracia dos trabalhadores. Sem estes fundos os despedimentos não podem ser evitados através de contribuições pagas pelo Estado.

7. O Estado deve impedir quaisquer indemnizações às empresas que tenham que só viram a lume por prejuízos por não terem conseguido obter os lucros sociais com a criação de novos empregos.

8. O Estado deve nacionalizar expropriando todos os meios de produção das empresas que

lançam mão da arma dos despedimentos com vista à criação do caos económico, ou que assumem atitudes violentas e reaccionárias como é o caso do patrão francês do Sagental.

9. Saída imediata de uma lei que proteja efectivamente os trabalhadores face aos despedimentos.

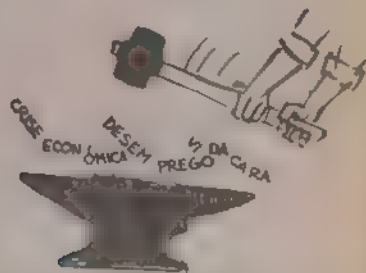
10. Nas empresas em que o Estado ficou com a maioria do capital após a nacionalização da Banca e dos seguros, o controlo dos trabalhadores a concretizar pelos próprios em cada caso, por intermédio dos seus órgãos de massas (comissões de trabalhadores) deve ser assegurado por legislação apropriada.

11. O mesmo deve ser seguido em todas as empresas que venham a ser nacionalizadas assim como aquelas a quem tenham sido concedidos subsídios.

12. Na reestruturação de uma empresa de um determinado sector nacionalizado deve-se assegurar a participação dos trabalhadores através dos órgãos que os próprios venham a criar para o efeito.

CONTRA OS DESPEDIMENTOS E ENCERRAMENTOS
PELA GARANTIA DO SALÁRIO E EMPREGO
CONTRA O PODER OPERÁRIO E POPULAR

2



Comissões de Trabalhadores e Poder Operário

1 COMO NASCERAM AS COMISSÕES DE TRABALHADORES

As comissões de trabalhadores apareceram logo a seguir ao 25 de Abril em muitas fábricas e representam um esforço de organização, para evitar a divisão dos trabalhadores em numerosos sindicatos.

As comissões de trabalhadores são, pois, um tipo de organização que nasce no local fundamental da luta da classe (o local de produção) e que representa os interesses de todos os trabalhadores de uma mesma unidade de produção, face ao inimigo comum: O explorador capitalista.

2 A NECESSIDADE DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

As comissões de trabalhadores nascem na unidade dos trabalhadores, construída a partir dos seus interesses comuns, que são inconciliáveis com os interesses dos capitalistas. As comissões de trabalhadores representam, por isso, em termos organizativos, uma garantia de independência dos trabalhadores em relação ao poder capitalista.

O aparecimento das Comissões de Trabalhadores e a sua necessidade, são a consequência da luta dos

trabalhadores num momento em que estes estão na ofensiva e a fizeram com quotas importantes na luta contra o capitalismo. Muitas destas lutas já ultrapassaram o simples carácter de reivindicação ao patrão e tornaram-se verdadeiras afirmações do poder operário, de que são exemplos algumas lutas pelo salário mínimo, ocupações de latas nos momentos de crise política, ocupações de fábricas com controlo total da produção, etc.

Foi no desenvolver destas lutas que se comprovou a função das Comissões de Trabalhadores, como forma de organização mais apropriada, para se fazer ouvir a voz da classe operária e se fazer sentir o seu poder.

3 AS COMISSÕES DE TRABALHADORES E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

As Comissões de Trabalhadores são uma forma de organização mais avançada do que a organização sindical, porque as comissões de trabalhadores podem levar para a frente lutas por objectivos que ultrapassam os limites da luta sindical.

Isto, porque a luta sindical está voltada essencialmente para aspectos reivindicativos: esta condiz com a luta dos acordos contratuais

com o patronato e ainda assenta em bases profissionais e não em bases de classe.

Vemos, pois, que sendo a organização sindical fundamental, não se pode contudo, tomar na única forma de organização de massas dos trabalhadores, se são acontecimentos ficar reduzida a capacidade de luta e de organização dos trabalhadores.

Neste sentido, as Comissões Sindicais de empresa devem integrar-se dentro da própria Comissão de Trabalhadores porque a luta sindical deve integrar-se na luta mais geral contra o poder capitalista, luta esta, que as comissões de trabalhadores podem levar para a frente de uma maneira mais consequente.

4. NORMAS DE FUNCIONAMENTO PARA AS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Existem normas importantes para que as CT não se transformem em órgãos de colaboração com o patronato e onde abundam os chefes, as lealdades das patrões e aqueles que fazem do bom discurso não demonstram e minimamente os interesses dos trabalhadores. Dentro desse contexto de normas, parece-nos importante destacar as seguintes:

a) As CT devem ser escolhidas em bases verdadeiramente democráticas e representativas. Neste sentido, devem ser eleitas depois de amplas discussões e votações por parte de todos os trabalhadores.

b) As CT devem poder ser revogáveis a todo o momento, quando se prova que não defendem firmemente os interesses dos trabalhadores.

c) As CT devem assentir todas as suas posições, em decisões tomadas depois de amplas debates e assembleias. Não devem, em caso algum, ter poder de decisão e de negociação com a entidade patronal. As CT devem permanentemente lançar a prática do inquérito, que lhes permite fazer uma avaliação correcta dos desejos mais intensos dos trabalhadores.

d) As CT devem ser constituídas por elementos escolhidos com base na sua firmeza e prática de luta.

e) Uma CT deve ser constituída na sua maior parte por operários da produção. Só assim se poderá garantir a presença maioritária daqueles que efectivamente são o motor da produção e que podem de uma maneira mais decisiva afrontar o poder do capital.

f) As CT não devem ter quadros superiores da em-

presa, porque devem representar exclusivamente o conjunto dos explorados e oprimidos. Se assim as CT poderão fugir às infiltrações do patronato e de todos os elementos, cujas posições de privilégio na empresa, levam frequentemente a hesitações e à pactuação com o patrão.

5. OBJECTIVOS DE LUTA DAS COMISSÕES DE TRABALHADORES

Estamos no nosso país a atravessar um momento em que a desorganização capitalista da produção se faz

sentir de uma maneira notável.

Ao que se encontra-se em dificuldades para responder às justas lutas dos trabalhadores e a medidas como as nacionalizações da banca e seguros que dificultam as suas manobras.

Por sua vez os trabalhadores deparam-se com a difícil situação originada pela carestia de vida e pelo desemprego. Face a esta situação os trabalhadores têm dado altas provas de combatividade e sabem-se bem que ainda não possuem uma forte organização que lhes permita res-

ponder a uma situação em que as lutas rapidamente atingem formas avançadas (como ocupações) e há põe em exigências os trabalhadores que muitas vezes são levados inclusive a funções de direcção e gestão de empresas.

Num momento como este as CT, sendo os órgãos fundamentais do poder operário, devem exprimir as dificuldades e os avanços da classe operária em todas as frentes de luta.

A - Na frente de luta contra os efeitos mais imediatos da crise: despedi-

mentos, carestia de vida

As Comissões de Trabalhadores devem

a) Lutar contra a desorganização da produção capitalista e evitar todas as manobras de sabotagem levadas a efeito pelos capitalistas. Para isto, as CT devem exercer um apertado controlo da vida diária da empresa: fiscalizando as contas, os preços de venda, o abastecimento de matérias primas, etc.

Este controlo operário deve ser ainda mais avançado nas empresas ou setores nacionais todos. De



vem nestes casos os trabalhadores exigir um controlo total sobre esses ramos ou empresas, de modo a poderem colocá-las ao serviço de todos os trabalhadores e dos seus interesses mais imediatos.

b) Lutar para fazer do saneamento uma afirmação do poder operário contra a disciplina reaccionária do patrão e dos seus polícias. Neste sentido há que fazer de luta pelo saneamento, não uma luta somente contra pessoas, mas sim uma luta pelo avanço da organização operária. Por exemplo, não lutar simplesmente pela substituição de um capitão por outro, mas lutar pela extinção dos capitães e de todas as formas de policiamento patronal.

c) Lutar por uma apertada vigilância sobre as manobras da reacção, preparando-se para as denunciar e fazer-lhes frente. Neste sentido as C de T devem lutar para que os trabalhadores possuam a informação e a organização capazes de responder nos momentos decisivos, como aconteceu no 28 de Setembro e no 11 de Março.

C — Na frente da luta pela organização da unidade dos trabalhadores torna-se objectivo imediato das CT lutar contra todas as desigualdades — quer dentro de uma mesma empresa lutando pela re-

dução dos laques salariais quer dentro de uma mesma empresa lutando pela redução dos laques saoriais quer entre as várias empresas e ramos de produção combatendo as diferenças entre aqueles que podem pagar mais e dar melhores condições de trabalho e as que estão em piores condições. As CT devem lutar no sentido de obrigar os capitalistas, como um todo, a pagarem essas diferenças que por eles são criadas para dividir os trabalhadores.

As CT sendo órgãos de poder, que representem um conjunto de trabalhadores de uma empresa, são órgãos fundamentais na contribuição para

a) Favorecer a unificação da classe porque quer se encontra a luta toda a unidade. Neste sentido, por meio do trabalho a ser desenvolvido entre Comissões de Trabalhadores do mesmo ramo de indústria ou grupo económico, a contribuição ao nível de uma mesma zona e mesmo contribuição a nível nacional.

Só assim as C de T poderão contribuir para a unificação progressiva entre a fábrica, o ramo e a classe.

b) Favorecer a aliança entre a classe operária e outras camadas oprimidas pelo capitalismo (ex: assalariados dos serviços), de modo a poder forjar uma

verdadeira frente unida anticapitalista. Este aspecto torna-se tão importante, quando se verifica que as lutas mais avançadas da classe operária têm sido isoladas pelas forças reaccionárias e reformistas e também pelo facto de num momento de crise geral, a classe operária só por si não consegue responder à desorganização da produção e à repressão política, forjadas pelos capitalistas.

Favorecer a coordenação entre os vários órgãos de poder operário e popular nas empresas, locais de habitação e quarteis. Contribuindo assim para articular a luta nos locais de trabalho e a luta mais geral contra a exploração e a opressão capitalista.

D — Na frente da luta cultural devem as CT promover a divulgação dos grandes ideais proletários do Socialismo e do Comunismo, que são os objectivos últimos da luta op-

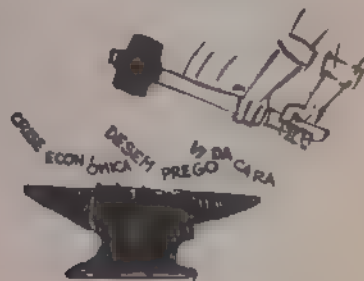
erária. E dever das C de T e de todos os operários mais conscientes ganhar os restantes camaradas para a luta revolucionária por esses ideais. Para isso devem mostrar que enquanto houver capitalismo haverá exploração, seja ela maior ou menor, e que a classe operária só poderá resolver os seus problemas e os de todo o povo trabalhador se tomar o poder e o utilizar para esmagar a minoria capitalista exploradora e oprimidora.

Neste sentido as C de T devem tomar iniciativas que favoreçam a discussão política, como sessões de esclarecimento, jornais murais, jornais da empresa, etc. Para levar esta linha de acção à prática, devem as C de T ter a preocupação de ligar as questões fundamentais a luta política às questões particulares e concretas da vida da fábrica. Só assim, se poderá evitar o debate estéril e a disputa partidária em termos sectários e abstractos.



ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

3



Luta Sindical
limites e importância

O QUE SÃO

Os sindicatos são o resultado de um esforço de unificação e organização das classes trabalhadoras com o objectivo de no interior da sociedade capitalista defender e promover os seus interesses.

Nascidos da necessidade de organização dos trabalhadores — que apenas possuem a sua força de trabalho que são obrigados a vender aos capitalistas — para conseguir elevar os seus salários, os sindicatos foram-se desenvolvendo até abrangêrem na sua acção muitos outros aspectos da luta trabalho assalariado/capital.

Mas um sindicato não representa trabalhadores apenas porque diz representá-los. Um sindicato, para ser efectivamente representativo dos trabalhadores, tem de ter como objectivos de acção os que dizem respeito aos problemas concretos desses trabalhadores e tem de ser por eles controlado, não sendo os dirigentes sindicais mais do que os executores da vontade daqueles que os elegeram.

AS LIMITAÇÕES DA LUTA SINDICAL

A luta sindical é, em qualquer lado, uma luta li-

mitada. Combatendo a exploração capitalista tendo de aceitar a partida o sistema capitalista e as suas leis, a luta sindical, por si, só pode pôr em causa a intensidade da exploração, mas nunca a própria exploração.

A esta limitação geral juntam-se em Portugal as limitações da estrutura sindical fascista-corporativista que ainda não foram desvuidas.

a) A esmagadora maioria dos sindicatos estão organizados por profissões ou resultando como principal inconveniente a divisão e a concorrência entre os próprios trabalhadores.

b) Proliferam minissindicatos que só contribuem para o enfraquecimento da luta sindical sobretudo nos casos de trabalho onde os trabalhadores se agrupam, por vezes representados por dezenas de sindicatos.

c) A regionalização dos sindicatos é uma realidade que facilita as pressões exercidas pelo patronato sobre os dirigentes sindicais. Sobretudo nas pequenas localidades.

A luta sindical tem assim de ser integrada na luta política mais geral dos trabalhadores e, no actual momento no nosso país, de orientar-se para a destruição da estrutura sindical fascista-corporativista e

sua substituição por sindicatos verticais de actividades, mantendo e fortalecendo apenas os sindicatos de profissão verdadeiramente significativos.

A LUTA SINDICAL

A luta sindical tem de se integrar na luta política global dos trabalhadores contra a exploração e a opressão.

A luta sindical tem de ter uma perspectiva revolucionária e por isso tem de ter como objectivos contribuir para:

Aumentar a unidade de todos os trabalhadores.

Elevar o nível de consciência da classe que leva à compreensão que a luta não é de uma fábrica ou sector mas sim de toda a classe operária contra a classe capitalista exploradora. Elevar o nível de organização de todos os trabalhadores.

A compreensão da necessidade de lutar por uma sociedade sem classes como único meio de resolver efectivamente todos os problemas dos trabalhadores e acabar com a exploração e a opressão.

Um sindicato tem de ser um instrumento de luta mas também uma escola de organização e consciência

política dos trabalhadores.

Na luta sindical há que conjugar os objectivos reivindicativos com a solidariedade efectiva, e a auto-defesa das lutas. Assim se enfrentará a exploração e a regressão capitalistas e se fortalecerá a unidade e a organização dos trabalhadores.

A luta sindical tem de se orientar para a conquista das reivindicações que não se impõem o agravamento das condições de trabalho e de vida, como respondam a sua necessidade efectiva e ponham em causa o grau de exploração. Neste sentido os objectivos reivindicativos fundamentais da luta sindical, devem ser entre outros:

- Defesa do salário real.
- Salário mínimo que permita começar a viver e não apenas continuar a sobreviver.
- Redução do horário de trabalho.
- Luta contra a desqualificação profissional e o aumento dos ritmos e cargas de trabalho.
- Luta contra os despedimentos e o desemprego.
- Luta por aumentos de salários que não se cubram a subida do custo de vida mas também os aumentos de produtividade e ponham em causa os lucros do patronato.
- Conquista de um

período das férias que per-
ta efectivamente ao tra-
bador recompor-se e
que tem de ser igual para
todos os trabalhadores.

h) Conquista dos salários
que respeitem a regra de
que a trabalho igual — se-
ja ou não o diminuíam as
diferenças salariais entre

i) Proibição dos despedi-
mentos sem justa causa

j) Redução significativa
das horas extraordinárias

k) Proibição do aumento
de cargas de trabalho

ml) Esta redução de
tempo profissional
que assim tem em cada pro-
cedimento de trabalho a concretização
dos interesses do pa-

trilhado contra a d

apresenta no interior da

Contra a divisão dos tra-
badores, contra a explo-
ração, contra a repressão
e os pilares em que deve

ção dos burgueses/traba-
dores.

Daqui resulta que se de-
ve lutar por um sindicalis-
mo que seja um instrumen-

to de luta dos trabalhado-
res pela sua emancipação
económica e política

MAS POLITICOS

Para nós, os sindicatos
têm de ser políticos porque
devem ser um instrumento
da classe trabalhadora na
luta contra o capitalismo
tendo em vista a conquista
do poder político pelos tra-
badores.

Todavia, não podemos
confundir sindicatos políti-
cos com sindicatos parti-
dários. O partidismo sin-
dical (sindicatos corraias
de transmissão dos parti-
dos políticos) na actual fa-
se da luta de classes em
Portugal, só vai provocar a
divisão dos trabalhadores

pois não há neste momento
nenhum partido que seja
reconhecido pelos traba-
dadores com o seu partido

Com isto não queremos
dizer que os militantes dos
partidos políticos não de-
vem ter responsabilidades
sindicais. O que se lhes
proíbe é que ponham os
sindicatos ao serviço dos
interesses partidários

OU PLURALISMO

A opção entre unicida-
de ou pluralismo sindical é



uma opção de classe

Com efeito a UNICIDADE
denota a unidade de inter-
esses da classe operária
e do conjunto dos assa-
lados e surge como essen-
cial para garantir que a or-
ganização sindical seja um
instrumento eficaz na defi-
sa dos seus interesses di-

Defender o Pluralismo
defender a introdução de
um princípio ideológico da
democracia formal burgu-
esa no seno do movimento
operário que só a burgue-
sia exploradora pode inte-

defender o pluralismo
é abrir a porta à burguesia
nacional e não nacional na
sua acção permanente de
frentalva de divisão do mo-
vimento sindical dos traba-
lhadores. Defender o plura-
lismo é defender por nece-
ssidade em última análise o con-
trole partidarizado dos sindi-

Defender a UNICIDA-
DE é pois defender os inte-
resses dos trabalhadores
enquanto defender o plura-
lismo é defender os interes-
ses do patronato explorador

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A luta contra o partidaris-
mo sindical só é possível
através de uma organi-
zação interna dos sindi-
cos verdadeiramente demo-
crática (isto é, controlada
pelos trabalhadores). Por a-
íste pensamos que as d-
ecções sindicais, sempre
que estejam em jogo os in-
teresses dos trabalhadores
que representam, devem
ser meros executores das
decisões dos mesmos. Para
atingir este objectivo os es-
tatutos das organizações
sindicais devem conter re-

gras que permitam o con-
trole e a intervenção con-
tantes por parte dos traba-
lhadores representados.

Pela democraticidade das
organizações sindicais e
seu total controlo pelos tra-
badores

Para construir um sin-
dicalismo que seja electo-
rante dos trabalhadores é
indispensável impor, na
prática e desde já, uma de-
mocracia total no inte-
rior da organização sin-
dical, da fábrica à cúpula
intersindical.

Daqui resulta que é es-

gencial que o Sindicato seja organizado de forma a que todos os trabalhadores possam fazer ouvir em cada momento a sua voz, dizendo o que querem e decidindo e decidindo o modo de o alcançar.

Isto porque só os próprios trabalhadores, que vivem os problemas em cada dia que passa sabem os problemas que mais os afetam e podem manifestar a sua própria vontade.

É ainda necessário garantir que a sua voz (dos trabalhadores) se o decida, isto é, que os trabalhadores tenham nas suas mãos o controlo efectivo de todos os níveis de decisão da sua organização sindical.

O primeiro passo para conseguir a sua organização em bases democráticas que garantam o seu total controlo por parte dos trabalhadores.

Sem democraticidade, a unicidade não corresponderá a indispensável unidade de todos os trabalhadores.

Sem democraticidade continuarão a existir cúpulas dirigidas separadas das bases que imporão as suas opiniões mesmo contra os interesses dos trabalhadores.

Sem democraticidade as diversas opções não poderão exprimir-se e os Sin-

dicatos tornar-se-ão acção de determinados grupos partidários, que os controlarão e imporão na prática, não a vontade dos trabalhadores, mas as ordens das cúpulas partidárias.

Sem democraticidade o Sindicato deixará de ser uma organização construída por todos os trabalhadores e por eles controlada segundo a sua vontade e os seus interesses de classe, para se transformar numa organização burocrática apenas preocupada em manobrar acordos com os interesses partidários.

Sem democraticidade não é possível a eficácia dos interesses dos trabalhadores e o Sindicato em vez de ser um meio que contribua para a sua libertação tornar-se-á num instrumento para a sua opressão.

— Impõe-se, portanto, que os trabalhadores lutem, pela consagração do princípio de democraticidade interna das organizações sindicais, quer através do remeter todo o poder para as Assembleias de empresa e para Assembleias Gerais; quer impondo a eleição e revogabilidade dos delegados sindicais e sua independência face às direcções, quer impondo a eleição directa das direcções e a sua responsabilidade perante as Assembleias Gerais que as pode-

rão depor em qualquer momento, quer mesmo impondo a constituição de um órgão fiscalizador da democraticidade do funcionamento interno do Sindicato, onde estejam representadas todas as tendências, proporcionalmente ao número de votos que as respectivas listas recolham e que tenha poder de convocação da Assembleia-Geral.

Só assim haverá democraticidade e assim haverá unidade.

OS DELEGADOS SINDICAIS

Para que a acção sindical se desenvolva de forma correcta, isto é, para que seja efectivamente os trabalhadores a tomar a decisão, a acção sindical, para que o sindicato não se reduza a um conjunto de serviços burocráticos, de secretaria, a uma direcção e a uma assembleia geral onde a direcção apresente algumas informações, são necessárias duas condições: elevar a consciência de classe dos trabalhadores e encontrar formas de participação dos mesmos na discussão e decisão dos problemas que afectam a vida sindical. Os elementos principais neste trabalho de importância vital para os sindicatos são

os delegados sindicais. Da acção dos delegados sindicais, mais do que da direcção, dependem a força ou a fraqueza dos sindicatos.

Critérios a que deve obedecer a escolha dos delegados

1. Trabalhadores verdadeiramente representativos dos seus camaradas de trabalho.

São necessárias pessoas que mereçam a confiança dos seus camaradas de trabalho: trabalhadores que tenham os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma situação na empresa ou na fábrica que os seus camaradas de trabalho.

2. Trabalhadores conscientes dos seus interesses.

Não chega que os trabalhadores escolhidos sejam "portatíeis" ou simpáticos, é também necessário que tenham um mínimo de consciência de qual é a situação dos trabalhadores numa sociedade como a portuguesa.

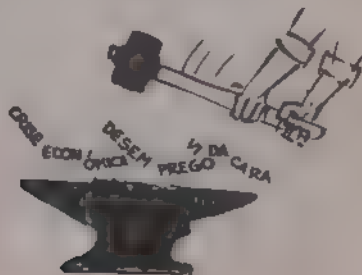
3. Trabalhadores que não tenham medo de ir contra a vontade dos patrões ou dos seus representantes.

Não interessam pessoas que só tenham "paléio", mas sim pessoas activas, que não se amedrontem e que sejam capazes de reivindicar.



ENCONTRO DE TRABALHADORES DA REGIÃO DE LISBOA

4



Crise Económica
e Respostas Operárias

PORQUÊ A CRISE

Para nos apercebermos da crise existente neste momento na economia capitalista portuguesa, temos que recuar até antes do 25 de Abril e tentar caracterizar essa situação.

Antes do 26 de Abril — A exploração capitalista assentava na conjugação de 3 grandes medidas:

a) A existência de condições de miséria;

b) A exploração desenfreada dos povos das colónias portuguesas (Angola, Moçambique).

c) Uma economia extremamente dependente, voltada essencialmente para a exportação.

Estas medidas só eram possíveis devido à repressão desenfreada utilizada pelo regime fascista. Com o 25 de Abril e consequente liberalização e abertura criadas, todas estas travas foram imediatamente postas em causa pelas massas trabalhadoras, de tal forma que não foi possível a reconstrução pacífica pretendida pela burguesia capitalista, mas pelo contrário as condições foram-se degradando cada vez mais, e isto através das seguintes vias:

... Luta pelo aumento de salários

Atingiu, por um lado, as empresas de estrutura económica débil (ex: têxteis) que estavam viradas para a exportação (possível) pelos baixos custos conseguidos através dos salários de fome; por outro lado as empresas estrangeiras (multinacionais ou não) que se tinham dirigido para Portugal unicamente devido à «paz social» e sobre exploração possíveis. Tanto umas como outras começaram a avançar despedimentos maciços.

— Fim da Exploração Colonial Portuguesa

Atingiu todas as empresas que viviam à custa do mercado colonial, quer como importador de produtos manufacturados, quer como fornecedor de matérias primas em situação de privilégio total (ex: indústrias básicas, lanifícios, produtos alimentares).

Lutas de carácter político com o consequente vazio do poder.

Valeu provocar o boicote económico por parte dos países capitalistas que rapidamente cortaram os investimentos que tinham previsto realizar na «paz social» que oferecia o regime fascista.

Tudo isto, acrescentado aos soldados regressados das guerras coloniais e aos emigrantes «recambiados» pelos países capitalistas

Sabotagem Económica

1. — Por sabotagem económica devem entender-se as «manobras» dos capitalistas para agravar a crise económica que não resultam do desenvolvimento normal desta crise.

Depois de um período em que a burguesia acentuava o espantelho do «caos económico» como forma de justificar a repressão e o isolamento das lutas dos trabalhadores passou-se a um período em que, face ao avanço da luta das massas trabalhadoras, é essa mesma burguesia que sabota deliberadamente a economia, para tentar impor um regime autoritário de direita que seria apresentado perante a «nação» como «salvador da Pátria».

2. — A finalidade (imedida) dos actos de sabotagem económica para os capitalistas pode ser:

a) Pretender diminuir os efeitos da crise na sua empresa — transferindo capitais de uma para outra, por

b) Uma forma de aumentar os seus lucros — realizando por exemplo contratos desfavoráveis para a empresa mas que são lucrativos a nível do grupo económico; e redistribuição de lucros pelos administradores sob formas camufladas, como forma de

fugir aos impostos; utilização de dinheiros das empresas para gastos pessoais; fuga de capitais para outras empresas, para o estrangeiro, etc., empréstimos bancários a taxas de juro ilegais.

c) Sabotagem de carácter puramente político — visando directamente (as outras formas têm também este efeito) criar dificuldades económicas que justifiquem uma intervenção autoritária «salvadora».

3. — Formas de luta dos trabalhadores contra a sabotagem económica.

Os trabalhadores já têm ensaiado em muitas empresas formas de luta eficazes e que reforcem o poder dos trabalhadores dentro das empresas.

a) A ocupação das empresas e o impedimento de que os capitalistas ou os seus servidores continuem as suas manobras, tem sido a forma de luta imediato mais empregada pelos trabalhadores.

b) Paralelamente os trabalhadores têm exigido a intervenção do Estado.

Os trabalhadores não devem ver nesta intervenção do Estado a finalidade última da sua luta. Devem sim exigir que o Estado ataque efectivamente o poder económico, o ataque que, na

maioria dos casos, deverá ir até à nacionalização.

c) O controlo dos trabalhadores sobre as informações económicas da empresa, através do controlo das comissões de trabalhadores e de técnicos da sua confiança sobre estes dados.

d) A reestruturação democrática da organização do trabalho na empresa é a única forma de garantir que se exerça permanentemente um controlo efectivo da massa dos trabalhadores sobre a vida das empresas. A abolição dos privilégios de certas camadas, a eleição dos chefes a todos os níveis, a redução do leque salarial, a extensão do princípio a trabalho igual salário igual, são medidas imprescindíveis nesse sentido.

e) O aproveitamento das manobras do capital para um esclarecimento alargado a todos os trabalhadores dos mecanismos da exploração capitalista; a conquista de espaços de informação, de debate, culturais dentro da empresa é uma arma importante para a luta dos trabalhadores.

f) A necessidade da luta ao nível de grupo económico, como forma de impedir manobras de sabotagem entre empresas do mesmo grupo.

g) Mas o fundamental, é que através do próprio pro-

cesso de luta se criem os órgãos de controlo dos trabalhadores sobre as decisões da empresa, o fundamental é que os trabalhadores não ponham o seu futuro nas mãos da intervenção legalista do Estado, mas se mobilizem autonomamente para forçar medidas avançadas de ataque ao poder económico. Até porque, até ao 11 de Março pelo menos, o Estado e os seus Ministérios têm sido o lugar onde se sentem ou se reflectem interesses que têm entravado o avanço de medidas favoráveis aos trabalhadores.

h) O saneamento dos administradores e de outras pessoas implicadas na sabotagem ou que tenham exercido repressão sobre os trabalhadores. Aqui os trabalhadores não devem pensar que o problema se resolve com a substituição de uns administradores por outros mais «idóneos». O que é preciso é que sejam colocados à frente das empresas nacionalizadas, pessoas que defendam os interesses dos trabalhadores e que sejam por eles eleitos; ou, no caso de empresas que continuem privadas, que se exerça um controlo efectivo por parte das comissões de trabalhadores e da Assembleia da Empresa sobre os administradores que para o serem, terão que continuar a ser de confiança dos capitalistas...

As respostas a dar pelos trabalhadores variam conforme a natureza do capital em que assenta a empresa (estrangeira, multinacional, grande empresa nacional, pequena empresa), a dependência em que se encontra a produção dessa empresa face a condicionantes externos (outras fases de fabrico, exportação, importação, etc.) o facto de se tratarem ou não de produtos básicos, etc.

Empresas estrangeiras

Das empresas estrangeiras presentes em Portugal, convém-nos distinguir as que são multinacionais — isto é: as que estão ligadas ao capital financeiro internacional e portanto a centros de decisão multinacionais — das restantes, que catójam apenas ligadas a capital industrial, quer a capital financeiro com sede numa nação.

Empresas multinacionais

Estes empresas implantaram-se em Portugal sobretudo nos sectores do material eléctrico, montagem de automóveis... colocaram em Portugal apenas uma pequena fase do processo de produção, completando-se o mesmo no estrangeiro. Serviam-se dos baixos salários e do clima de «paz social», além de outras condições favoráveis facultadas pelo ante-

rior regime como os baixos impostos e o crédito fácil.

Com os aumentos salariais e o aumento das reivindicações e do poder dos trabalhadores muitas destas empresas deixam de ter as vantagens anteriores, pelo que abandonam o país (Signetica) ou efectuam despedimentos drásticos (I.T.T.-Semicondutores, I.T.T.-Facel) como forma de manter a margem anterior de lucros.

A luta dos trabalhadores depura-se com problemas difíceis quando estas empresas ameaçam fechar

como resposta às suas reivindicações, uma vez que estas empresas estão totalmente dependentes do exterior (na importação, na exportação geralmente) e têm facilidade de mudarem as suas produções de um para outro país, quando se alteram as vantagens oferecidas.

Os sectores das empresas multinacionais são sectores criados pela dependência económica face ao imperialismo que têm de ser reconvertidos. Por isso, não é correcto pedir a nacionalização desses sec-

tores. Para os trabalhadores uma alternativa parcial deve ser a exigência de que o Estado faça pagar altos custos a essas empresas pela sua sobre-exploração. Se isto poderá levar ao abandono delas, deverá levar também à aquisição de recursos para a criação de novos sectores produtivos básicos onde podem ser empregados os mesmos trabalhadores.

Empresas não multinacionais

Muitas empresas deste tipo se instalaram também em Portugal na base das

vantagens oferecidas pelos baixos salários e pela «paz social». Em alternativa ao abandono ou aos despedimentos nacionais por parte destas empresas, a nacionalização ou o agrupamento com outras empresas do sector pode ser uma via a apontar pelos trabalhadores.

Produção voltada para o mercado externo, para consumo das classes altas ou para necessidades industriais pelos capitalistas

— Grande parte do aparelho produtivo português,

quer se trate de empresas nacionais ou estrangeiras tem estado voltado para o mercado externo, para cumprir aos trabalhadores a resposta a dar face à «crise» dessas empresas, devido à dependência em que se encontram face ao mercado externo. Daí a necessidade de essas empresas se reconvertemem passando a produzir o que corresponde às necessidades básicas do Povo Português.

Problema idêntico de reconversão se põe quanto às indústrias e serviços orientados para os consumos sumptuosos das classes altas (turismo de luxo, bens de consumo individuais de alta qualidade) e também para as produções alicercadas em necessidades induzidas pelo próprio capitalismo (proliferação do automóvel, da casa secundária ou de férias de propriedade pessoal, etc.).

Empresas estrangeiras

— A nacionalização das grandes empresas, nomeadamente as das indústrias de base e as dos produtos essenciais para o consumo interno é um passo necessário para atacar decisivamente a base económica do capitalismo. É um passo complementar ao da nacionalização da banca, dos seguros, do comércio externo



e sem o qual se manterá o poder dos grupos capitalistas industriais.

Antimonopolismo e anticapitalismo

— Face à crise de muitas médias e pequenas empresas, resultante do processo normal de concorrência e concentração capitalista, agravado pela recente subida da salariedade, a linha reformista, baseada no «antimonopolismo» tem procurado poupar estes sectores referendo a luta operária, justificando que estas empresas não podem acompanhar os aumentos salariais. Pretendem antes que o Estado apoie estas empresas, quer financiando as falidas, quer, para o caso das pequenas empresas, apoiando sistematicamente a formação de cooperativas.

Este tipo de actuação vem na sequência da política de aliança com a média e pequena burguesia, própria do reformismo e da «política antimonopolista» alicerçada na tese de que os monopolistas entravam o crescimento económico (capitalista).

A política de defesa das pequenas e médias empresas esquece que é muitas vezes nestas empresas que a classe operária suporta

piores condições de exploração e onde ultimamente se têm feito mais despedimentos. Esta posição pretende fazer esquecer que os sectores monopolistas são os sectores mais dinâmicos do crescimento capitalista e aqueles que melhor se poderiam adaptar às novas condições criadas a partir do 25 de Abril.

Embora o golpe principal se assente no capitalismo deve ser dado nos seus centros decisivos de poder económico que são os centros de acumulação do capital financeiro e os sectores monopolistas, não há que poupar os interesses das médias empresas, muitas vezes, de resto, directamente dependentes dos mesmos monopólios. Face a crises nestas empresas, os trabalhadores devem porer a nacionalização; caso a empresa tenha viabilidade económica ou em alternativa a aglutinação com outras empresas do mesmo

Se os pequenos capitalistas empobrecidos pela concorrência capitalista podem ser chamados para o campo do proletariado, não é mantendo-as na posição de exploradoras que essa aliança pode ser feita.

em crise profunda provocou e provoca o desemprego em quantidades assustadoras (250 000).

O terceiro pilar da exploração capitalista em Portugal — a Economia voltada para a exportação fácil — é posta inevitavelmente em causa pelo processo inflacionário galopante (provocado pelos próprios capitalistas em dificuldades de manter e aumentar os seus lucros) que origina uma dificuldade, se não uma grande impossibilidade, de exportar em condições.

Portanto, a burguesia capitalista, não conseguindo «segurar» por processos «democráticos» a luta dos trabalhadores pela melhoria imediata das suas condições de vida, permitiu o desmoronamento do seu esquema de exploração, sem ter conseguido, entretanto, forçar (impossível num país tão dependente e ainda tão pouco desenvolvido como o nosso) uma solução pacífica, social-democrática, para a manutenção da exploração da classe operária e demais trabalhadores.

Concluindo: pode-se dizer que é esta situação de crise profunda da dominação da burguesia que vêm pôr na ordem do dia o socialismo e o poder operário e popular em alternativa à manutenção da ex-

ploração e opressão capitalista, em condições no essencial iguais às de antes do 25 de Abril.

Tentaremos mais adiante analisar as questões mais em particular e dar respostas tanto quanto possível concretas e imediatas a problemas que se põem em cada um desses casos.

Empresa em crise

A crise económica da formação social portuguesa tem-se reflectido na crise (falência, reconversão, sabotagem económica, etc. de vários tipos de empresas que se buscavam em condições de exploração que, como atrás foi visto, se alteraram.

Não devem ser os trabalhadores a pagar, através dos despedimentos ou da intensificação da exploração, a crise inerente ao capitalismo português. Para isso é necessário que os trabalhadores, face às falências, aos vários processos de sabotagem económica com que os capitalistas pretendem preparar a reconversão do seu modo de exploração, apontem alternativas que façam pagar aos capitalistas a sua própria crise e dêem início a uma reestruturação da economia segundo os interesses das massas trabalhadoras.